



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 23/2016:

Aprova a Política e Estratégia Industrial referente ao período 2016-2019 e revoga a Resolução n.º 38/2007, de 18 de Dezembro, que aprova a Política e Estratégia Industrial (PEI 2007) para Moçambique.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 23/2016

de 12 de Setembro

Tornando-se necessário proceder à revisão da Política e Estratégia Industrial (PEI 2007), aprovada pela Resolução n.º 38/2007, de 18 de Dezembro, por se encontrar desajustada à conjuntura actual e aliado à descoberta de novas fontes de recursos naturais no país, como o gás, carvão, grafite, ferro e calcário, que trazem novas perspectivas e desafios para o sector industrial, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. É aprovada a Política e Estratégia Industrial referente ao período 2016-2019, em anexo, que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. É revogada a Resolução n.º 38/2007, de 18 de Dezembro, que aprova a Política e Estratégia Industrial (PEI 2007) para Moçambique.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 3 de Maio de 2016.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Carlos Agostinho do Rosário.*

Política e Estratégia Industrial 2016-2025

Sumário Executivo

Enquadramento

O Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019 considera a indústria como um factor determinante na transformação estrutural e aumento da competitividade da economia nacional e define os seguintes objectivos de desenvolvimento do sector:

- Promoção da industrialização orientada para a modernização da economia e aumento das exportações;
- Promoção da cadeia de valor dos produtos primários nacionais, assegurando a integração do conteúdo local;
- Promoção do emprego e melhoria da produtividade e competitividade;
- Melhoria do ambiente de negócios.

Por outro lado, a Estratégia Nacional do Desenvolvimento (ENDE) 2015-2035 considera como via para o país alcançar a prosperidade, sustentabilidade, competitividade e bem-estar a transformação estrutural da economia apostando na industrialização. A nível da SADC o desenvolvimento industrial foi colocado no centro da agenda de integração para o desenvolvimento da Região.

O Governo aprovou a Política e Estratégia Industrial, através da Resolução n.º 38/2007, de 18 de Dezembro, desde a sua aprovação, muitas actividades foram realizadas, tendo contribuído para impulsionar o sector industrial mas prevalecem ainda desafios.

A possibilidade de exploração de recursos naturais, como o gás, carvão, minério de ferro, calcário, areias pesadas, grafite, cobre, pedras preciosas e semipreciosas, de entre outros, abre novas perspectivas para o desenvolvimento industrial.

É neste âmbito que o Governo em parceria com o Sector Privado decidiram rever a actual PEI com vista a adequá-la à dinâmica de desenvolvimento actual e endereçar os desafios do Sector Industrial de forma a alinha-los com os objectivos do Governo para este Sector.

Diagnóstico do Sector Industrial

O sector industrial moçambicano é composto fundamentalmente por empresas de Micro e Pequena dimensão que correspondem a mais de 90% do mercado industrial. As Micro-indústrias correspondem a 63% do sector, as Pequenas 31%, as Médias 3% e as Grandes os remanescentes 3%.

Relativamente a postos de emprego gerados pela indústria, apesar das Micro-empresas apresentarem-se em maior número são as que menos empregam, sendo as Grandes empresas responsáveis pelo emprego de 71%, seguindo-se as Pequenas empresas com 16%, as Médias com 8% e finalmente as Micro com 6%.

No que se refere ao volume de negócios, as Grandes empresas contribuem com 69% do volume de negócios, seguindo-se as Micro-empresas com 21%, as Médias com 5% e as Pequenas empresas com apenas 4% da produção.

As indústrias que mais contribuem na produção do sector industrial moçambicano são a Metalúrgica (35%), Alimentar (25%), Bebidas (13%), Minerais Não-metálicos (10%), Tabaco (8%), e as outras indústrias com 9%. Cerca de 55% das indústrias do país estão localizadas na Cidade e Província de Maputo e de Sofala.

As empresas industriais asseguram actualmente cerca de 70.792 postos de empregos, dos 62.485 existentes em 2009. Em relação ao número de empresas indústrias de 2009 a 2015, a variação foi de 3%, tendo passado de 2.709 para 2.785 número de empresas do ramo industrial.

Em termos de financiamento o sector da Indústria é o quarto maior destinatário do crédito bancário. Um aspecto digno de realce é que a maior parte do crédito bancário vai para áreas não produtivas (habitação e consumo), uma situação que compromete o desenvolvimento económico do país.

A análise da situação actual do sector industrial moçambicano revela existência de constrangimentos de nível estrutural para o desenvolvimento da actividade industrial no território moçambicano e na região austral que foram levados em conta na elaboração da PEI 2015, nomeadamente:

- Reduzido nível de infra-estruturas adequadas que geram o encarecimento dos custos operacionais, caracterizados por condições de acesso precárias a alguns mercados, preço de transporte praticado relativamente alto;
- Fraco acesso a financiamento bancário, caracterizado por elevadas taxas de juro, inexistência de linhas de crédito específicas para o ramo industrial e instituições bancárias orientadas para financiamento da indústria;
- Reduzido nível de força de trabalho com qualificações adequadas e a existente é onerosa;
- Deficiência no fornecimento de energia eléctrica e água e com custos elevados comparativamente aos países da região;
- Apesar da existência das ZEEs e as ZFIs, o sistema fiscal é pouco atractivo devido as altas taxas de cobrança existentes comparativamente aos países da região, bem como a prevalência de taxas aduaneiras elevadas e demora no desalfandegamento dos produtos e custos portuários elevados.

Por outro lado, o país possui grande potencial agrícola (milho, arroz, mandioca, oleaginosas), pecuário, recursos florestais, energéticos, minerais (carvão, calcário, ferro, areias pesadas, gás, grafite, cobre, pedras preciosas e semipreciosas), recursos hídricos e pesqueiros que podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da indústria nacional.

Política Industrial

A Política Industrial é o conjunto de princípios, medidas e actividades que visam contribuir para o desenvolvimento económico e social, através do aumento da produção, produtividade e qualidade da produção industrial, baseada em iniciativas industriais, usando recursos naturais, numa base sustentada e tecnologias que promovam o emprego, privilegiando o aumento da oferta de bens de consumo e meios de produção.

Visão

Ser uma indústria de relevo e altamente competitiva no contexto global e que permita a criação de capacidades humanas, institucionais e tecnológicas e a satisfação da demanda interna e externa através da valorização da produção nacional e maior integração regional.

Missão

Promover o desenvolvimento industrial através da formulação e implementação de estratégias sub- sectoriais, regulamentações da actividade industrial, criação de quadro institucional adequado e outras acções que contribuam para o crescimento e transformação qualitativa da economia.

Objectivos

O objectivo geral da Política e Estratégia Industrial é tornar a indústria o principal veículo para o alcance da prosperidade e bem-estar do país através da geração da maior parte de postos de emprego, produção e contribuição na valorização de recursos naturais, mais especificamente:

1. Aumentar a produção industrial, através de maior atracção do investimento para o sector, desenvolvimento de economias de escala na produção industrial e maior acesso ao mercado interno e externo das empresas do ramo;
2. Aumentar a contribuição no emprego do Sector, através da aposta nas indústrias de mão-de-obra intensiva e aposta nas Micro, Pequenas e Médias Empresas;
3. Contribuir para a melhoria da balança comercial, apostando nas indústrias com potencial para substituição das importações e das exportações;
4. Expandir a cadeia de valor e o valor acrescentado dos produtos industriais através da maior utilização de matéria-prima nacional;
5. Promover maior conteúdo local na produção industrial, através de maiores ligações económicas a montante e a jusante das empresas do sector.

Pilares de Aposta Estratégica para o Desenvolvimento da Indústria

São propostos os seguintes pilares de aposta estratégica para o desenvolvimento da indústria:

- Pilar 1: Infra- Estruturas para o Desenvolvimento Económico;
- Pilar 2: Desenvolvimento do Capital Humano;
- Pilar 3: Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional;
- Pilar 4: Acesso à Financiamento Adequado;
- Pilar 5: Promoção de Ligações Empresariais;
- Pilar 6: Incentivos ao Investimento no Sector Industrial;
- Pilar 7: Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento;
- Pilar 8: Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial.

Indústrias Prioritárias

Consideram-se prioritárias as indústrias que se enquadram nos objectivos estratégicos do país e com implementação de acções específicas e alocação de recursos que podem desenvolver

com relativa rapidez e contribuir para que o sector responda aos desafios que lhes são impostos. Para a definição das indústrias prioritárias foram consideradas as seguintes variáveis:

1. **Prioridade Nacional:** Considera-se prioridade nacional toda indústria que endereça os principais problemas do país e que se encontra plasmada nos documentos de orientação do Governo e as Estratégias Sectoriais;
2. **Potencial para Criação de Ligações Económicas a Montante e a Jusante:** São indústrias com maior conteúdo local, isto é, o valor agregado do produto (matéria-prima, mão-de-obra, equipamentos e serviços) tem origem no mercado interno;
3. **Proveniência da matéria-prima:** Indústria que utiliza insumos maioritariamente produzidas no país. Considerou-se também o potencial de substituição das matérias-primas que são actualmente importadas por outras produzidas localmente;
4. **Geração de Emprego:** Foram consideradas indústrias de mão-de-obra intensiva;
5. **Potencial para substituição de importações:** Indústrias cujos produtos são de grande consumo no mercado nacional e são maioritariamente importados mas com grande potencialidade de se produzir internamente;
6. **Contributo no Nível de Produção Actual:** Fazem parte deste grupo, aquelas indústrias que actualmente tem um contributo significativo no nível de produção industrial, por conseguinte o país tem experiência na sua implementação;
7. **Facilidade de implementação/implantação:** Foram consideradas indústrias que não requerem grandes volumes de investimentos, usam uma tecnologia relativamente simples e o país já possui infra-estruturas adequadas para a sua implantação, produz a matéria-prima utilizada e não consome muita energia;
8. **Potencial de exportação:** Facilidade de penetração no mercado internacional, devido a originalidade do produto (matéria-prima abundante em poucos países ou nos países maiores consumidores do produto final), existência de acordos e tratados (por exemplo: AGOA,EBAS) de facilidade de colocação.

Na base das variáveis referidas as indústrias de maior prioridade para o país são:

- Alimentar e Agro- Indústria;
- Vestuário, Têxtil e Calçado;
- Minerais não Metálicos;
- Metalurgia e Fabricação de Produtos Metálicos;
- Processamento de Madeira e Mobiliário;
- Química, Borracha e Plásticos;
- Papel e Impressão.

Assim, os esforços de desenvolvimento industrial durante a vigência da PEI deverão ser concentrados neste grupo de indústrias. As restantes indústrias irão se beneficiar das iniciativas gerais para a promoção do desenvolvimento económico do país.

Estratégia para o Desenvolvimento Industrial

A estratégia de desenvolvimento industrial consiste na decomposição de acções para materializar a política industrial, através da definição de programas específicos para cada pilar de aposta estratégica com vista a sua concretização. Assim para cada pilar de aposta estratégica definida pela política industrial, foram definidos e explicados um conjunto de programas e indicadas as entidades chave para a implementação a nível ministerial, considerando as seguintes variáveis determinantes: principais produtos, principais matérias-primas e sua respectiva localização geográfica.

Alinhamento das Indústrias Prioritárias com as Variáveis Determinantes e os Pilares de Aposta Estratégica

A Política Industrial elegeu um conjunto de indústrias consideradas prioritárias e é sobre elas que deverão ser orientados os esforços para o desenvolvimento do sector industrial na perspectiva de definição de prioridades.

Assim, para cada indústria prioritária está definido o esforço que deverá ser realizado por pilar para assegurar o seu desenvolvimento.

A concretização das metas de cada pilar de aposta estratégica se efectuará, através de projectos institucionais (programas) e definição das respectivas estratégias de implementação. A tabela seguinte apresenta os programas estratégicos por pilares.

N.º	Pilar	Programa
1	Infra-estruturas	Consolidar o Projecto dos Parques Industriais em Curso
		Consolidar a Estratégias dos Corredores de Desenvolvimento
		Consolidar a Estratégia de Desenvolvimento Integrado dos Sistemas de Transportes
		Consolidar o Programa das ZFI
2	Desenvolvimento do Capital Humano	Formação Acelerada dos Técnicos das Empresas Industriais
		Consolidar o Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional
		Criação de Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano
		Pesquisa, Atracção, Formação e Orientação de Talentos

N.º	Pilar	Programa
3	Capacitação das Empresas do Sector e Protecção da Indústria Nacional	Apoio na Implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade e Respectiva Certificação
		Promoção de Maior Conteúdo Local dos Produtos Industriais
		Acesso Privilegiado às Oportunidades de Fornecimento ao Estado e aos Megaprojectos
4	Acesso à Financiamento Adequado	Alargar o âmbito de actuação do Banco Nacional do Investimento
		Criação de Linhas de Crédito para Financiamento da Indústria
		Acordos junto da Banca Comercial para o Desenvolvimento de Produtos de Crédito para Indústria
5	Promoção de Ligações Empresariais	Mapeamento das Ofertas das Empresas Industriais e Criação do Banco de Dados
		Incubação de Empresas do Sector Industrial
		Facilitação de Informação e Acesso ao Mercado Local
6	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Consolidar a Estratégia de Promoção do Investimento Privado em Moçambique
		Aprofundar as Reformas para Melhoria de Ambiente de Negócio
		Desenvolver e Propor um Pacote de Incentivos Específicos para Investimentos na Indústria
7	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Promover o Acesso a Novas Tecnologias de Produção
		Assegurar a Criação de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial
		Estabelecimento de Parcerias e Transferência de Conhecimento para Criação de Empresas de Novos Seguintes Industriais
		Introdução de Extensionistas Industriais para as MPME do Sector Industrial
8	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial	Reestruturação e Capacitação da DNI
		Reestruturação do IPEME e Definição do Modelo de Relacionamento deste com a DNI
		Criação de uma Plataforma de Coordenação Multisectorial para o Desenvolvimento Industrial
		Criação de uma Plataforma de Coordenação Governo-Sector Privado para o Desenvolvimento Industrial

Medidas de Estímulo para o Desenvolvimento Industrial

As medidas de estímulo aqui propostas, visam assegurar a geração de impactos rápidos (quick wins) no desenvolvimento industrial criando a dinâmica necessária no sector, mobilizando a comunidade empresarial a aumentar os investimentos na indústria, expandir a produção, emprego e o arranque do ciclo da transformação estrutural da economia.

A proposta resulta de uma avaliação combinada entre os resultados de diagnóstico e a análise comparativa de medidas de estímulo para o desenvolvimento da Indústria com base em experiências internacionais, avaliando a natureza e tipos de incentivos industriais fornecidos e resultados alcançados.

As medidas de estímulo para o desenvolvimento industrial proposta são as seguintes:

- 1) Incentivo ao Investimento em Infra-estruturas para o Desenvolvimento Industrial através de Parcerias Público Privadas: visa assegurar a existência de infra-estruturas adequadas para o desenvolvimento industrial;

- 2) Promoção de Acesso ao Financiamento: visa assegurar maior disponibilidade de recursos financeiros às empresas e investidores através de medidas complementares de mitigação do risco;
- 3) Preferência de Produtos Nacionais nas Compras do Governo: visa a expansão do mercado dos produtos nacionais, estimulando o aumento da produção industrial, emprego e receitas fiscais através da aquisição de produtos nacionais pelo Estado;
- 4) Incentivos e Simplificação de Procedimentos do Investimento no Sector Industrial: Tem como objectivo principal aumentar o investimento no sector industrial através da revisão do actual pacote de incentivos ao investimento;
- 5) Incentivos Fiscais e Aduaneiros: Destina-se à protecção da indústria nacional através da redução da competição dos produtos importados e promoção da produção interna, atrair investimentos para províncias com baixo nível de industrialização, de entre outros.

Plano de Implementação

O plano de implementação da PEI representa um conjunto de acções específicas a serem desenvolvidas com vista a estimular o desenvolvimento da indústria nos próximos 10 anos e está estruturado em três períodos temporais de acordo com os Pilares de Aposta Estratégica, designadamente curto, médio e longo prazo.

No período 2016-2019, deverão ser desenvolvidas actividades que possam ser articuladas juntamente com o Programa Quinquenal do Governo, de forma a alinhar as acções de desenvolvimento Industrial com as do Governo, na qualidade de promotor do desenvolvimento industrial em Moçambique. O último período, correspondente ao período de longo prazo de 2020-2025, deverá ser efectuado uma avaliação de Meio-termo à Estratégia Industrial de forma a identificar e ajustar o plano de implementação.

1. Introdução

1.1. Enquadramento

O Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019 considera a indústria como um dos factores determinantes nas acções de combate a pobreza e desenvolvimento económico. Define como principais objectivos de desenvolvimento do sector:

- Promoção da industrialização orientada para a modernização da economia e aumento das exportações;
- Promoção da cadeia de valor dos produtos primários nacionais, assegurando a integração do conteúdo local;
- Promoção do emprego e melhoria da produtividade e competitividade;
- Melhoria do Ambiente de Negócios.

Por outro lado a Estratégia Nacional do Desenvolvimento (ENDE) 2015-2035, apresenta como visão, um país seguro, próspero, sustentável, competitivo, assente numa economia industrializada, com um rendimento médio que garante uma redistribuição da riqueza e um bem-estar social.

A ENDE define que a industrialização deve constituir um factor de força para novas dinâmicas económicas, aumento da produção e produtividade e competitividade económica do país, através da criação de novas capacidades e padrões de desenvolvimento económico permitindo a criação de ligações mais sólidas e eficientes na economia como um todo.

A nível da SADC o desenvolvimento industrial foi colocado no centro da agenda de integração para o desenvolvimento da Região, através do reconhecimento que o desenvolvimento da indústria transformadora constitui o catalizador para a diversificação das suas economias, desenvolvimento de capacidades produtivas e a criação de emprego, com vista a reduzir a pobreza e lançar a economia numa trajectória de crescimento mais assinalável.

As empresas industriais asseguram actualmente cerca de 70.792 postos de empregos dos 62.485 existentes em 2009. Em relação ao número de empresas indústrias de 2009 a 2015, a variação foi de 3%, tendo passado de 2.709 para 2.785 empresas de ramo industrial. A contribuição do sector da indústria no PIB tem vindo a decrescer, tendo passado de 12,9% em 2007 no ano de aprovação da PEI 2007 para 9% em 2015, se posicionando em terceiro lugar nos sectores de actividade que mais contribuíram para o PIB em 2015 e um crescimento de 4.6%, num *ranking* liderado pelo sector da agricultura.

O Governo aprovou a Política e Estratégia Industrial, através da resolução n.º 38/2007, de 18 de Dezembro, a qual define as grandes linhas de orientação do desenvolvimento industrial no País.

Desde a aprovação da PEI em 2007, muitas actividades foram realizadas, tendo contribuído para impulsionar o sector industrial, com enfoque para a aprovação das estratégias seguintes:

- Desenvolvimento do sector têxtil e confecções;
- Melhoria do ambiente de negócios.

Foi também criado o Instituto de Pequenas e Médias Empresas (IPEME) que visa principalmente apoiar as Micro Pequenas e Medias Empresas (MPMEs).

Não obstante os esforços que têm sido realizados para o desenvolvimento da indústria, prevalecem ainda muitos desafios e a maioria deles tinham sido apontados a quando da aprovação da PEI em 2007, designadamente:

- Insuficiência de força de trabalho com qualificações adequadas;
- Baixos níveis de acesso ao financiamento;
- Dependência em matérias-primas importadas;
- Falta de credibilidade dos seus produtos;
- Necessidade de melhoria de Infra-estruturas;
- Baixo valor acrescentado e consequentemente falta de acesso aos benefícios aduaneiros para Indústria Transformadora.

Por outro lado, a descoberta de recursos naturais, como o gás, carvão, grafite, minério de ferro, calcário, de entre outros, abre novas perspectivas para o desenvolvimento industrial, se forem desenvolvidas estratégias alinhadas com este cenário e que permitam a captação e capitalização das oportunidades geradas por este factor.

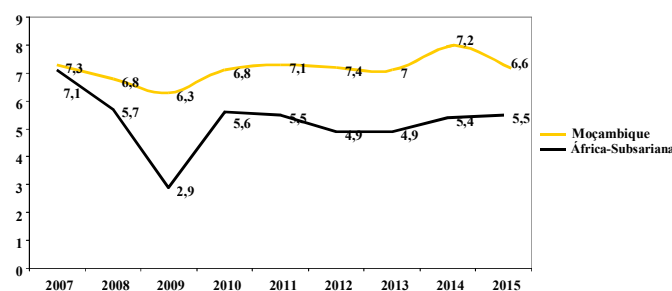
A existência de vários documentos de orientação estratégica aprovados pelo Governo de sectores chave, como por exemplo, Economia e Finanças, Agricultura, Recursos Minerais e Energia, Transportes e Comunicações, Pescas constitui alicerces essenciais para planificar o desenvolvimento da indústria.

É neste âmbito que o Governo em parceria com o Sector Privado decidiram rever a Política e Estratégia Industrial (PEI), aprovada em 2007, com vista a adequá-la à dinâmica de desenvolvimento actual e endereçar os desafios do Sector Industrial de forma a alinhar com os objectivos do Governo para o sector.

Quadro Macroeconómico

Dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional, indicam que a taxa de crescimento em Moçambique tem sido uma das mais robustas da África Sub-Sahariana, situando-se numa média de 7% por ano, conforme apresentado no gráfico seguinte.

Gráfico 1: Evolução do PIB % (2007-2015)



Fonte: IMF World Economic Outlook Database

O crescimento económico do país tem sido impulsionado pelo crescimento dos sectores de energia, recursos naturais, recuperação dos sectores da agricultura e das pescas. A indústria transformadora constituiu o segundo sector que mais contribuiu para o PIB nos últimos 10 anos com uma participação de 13.5%, antecedido da agricultura com uma participação média de 23.3%.

Os sectores de comércio e serviços de transportes e comunicações contribuíram com 10.9% e 10.5%, respectivamente.

Grandes oportunidades na logística do gás natural e mineração têm atraído investimentos fortes e impulsionaram a actividade económica no geral, em 33% de crescimento composto em projectos desde 2007. Neste sentido, Moçambique recebeu 2,4% do total do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em novos projectos realizados em África e 5% do capital investido desde 2007.

Em 2014 o crescimento do PIB moçambicano foi de 7,2% e em 2015 6,6%, liderado pelo aumento da produção de carvão, investimentos em infra-estruturas em curso e início do

investimento para o processamento de gás natural liquefeito. A existência de grandes depósitos de carvão e reservas de gás natural coloca Moçambique numa posição privilegiada para atracção do IDE.

2. Caracterização do Sector Industrial

2.1. Empresas do Sector Industrial por Dimensão

O Sector Industrial moçambicano é composto por duas mil e setecentos e oitenta e cinco empresas (2.785) distribuídas em Grandes, Médias, Pequenas e Micro empresas, conforme apresentado na tabela seguinte:

Tabela 1: Classificação das empresas industriais por dimensão, 2015

Descrição	Grande	Média	Pequena	Micro	Total
Número de Empresas	89	77	851	1.768	2.785
Peso	3%	3%	31%	63%	100%
Número de Pessoal em serviço	50.078	5.484	11.223	4.007	70.792
Peso	71%	8%	16%	6%	100%
Volume de Negócio	90.598.032.812	7.139.081.593	5.568.892.863	27.497.608.319	130.803.615.586
Peso	69%	5%	4%	21%	100%

Fonte: INE, 2015

Com base na tabela é possível constatar que o Sector industrial Moçambicano é composto fundamentalmente por empresas de Micro e Pequena dimensão que correspondem a mais de 90% do parque industrial. As Micro-indústrias correspondem a 63% do sector, as Pequenas 31%, as Médias 3% e as Grandes os remanescentes 3%.

Relativamente a postos de emprego gerados pela indústria, apesar das Micro-empresas apresentarem-se em maior número são as que menos empregam, sendo as Grandes empresas responsáveis pelo emprego de 71%, seguindo-se as Pequenas empresas com 16%, as Médias com 8% e finalmente as Micro com 6%.

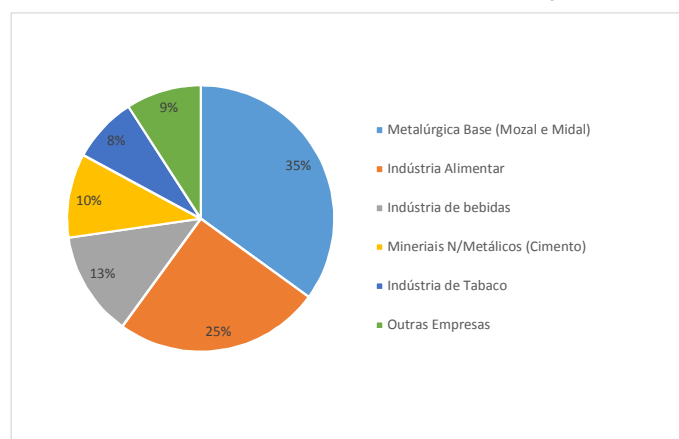
No que se refere ao volume de negócios, as Grande empresas contribuem com 69% do volume de negócios, seguindo-se as micro-empresas com 21%, as Médias com 5% e as Pequenas empresas com apenas 4%.

2.2. Indústrias de Maior Peso

Os sectores que mais contribuíram na produção industrial moçambicana foram a Metalúrgica, Alimentar, de Bebidas, de Tabaco e Minerais Não-metálicos.

A contribuição de cada sector industrial no ano de 2015 é apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico 2: Principais Sectores Industriais de Moçambique



Fonte: DNI

Com base no gráfico é possível observar que a Indústria Metalúrgica é o maior do sector com uma contribuição de 35%, seguindo-se a Indústria Alimentar com 25%, Indústria de Bebidas com 13%, Indústria de Minerais Não-Metálicos com 10%, Indústria de Tabaco com 8%, e as outras indústrias com 9%.

2.3. Distribuição das Indústrias por Província

A análise a tabela seguinte permite constatar que as Províncias e Cidade de Maputo e de Sofala compõem mais da metade do total das indústrias do país, em cerca de 56% o que denota elevado nível de concentração industrial nos principais centros urbanos.

Por outro lado, é notório o baixo nível de diversificação das indústrias apresentando maior diversidade nas Províncias de maior concentração industrial. Dado o potencial agrário do país, as indústrias Alimentar e de Bebidas encontram-se instaladas na generalidade das Províncias do país e as restantes distribuídas consoante a ocorrência dos recursos naturais e minerais.

Tabela 2: Distribuição Geográfica das Indústrias

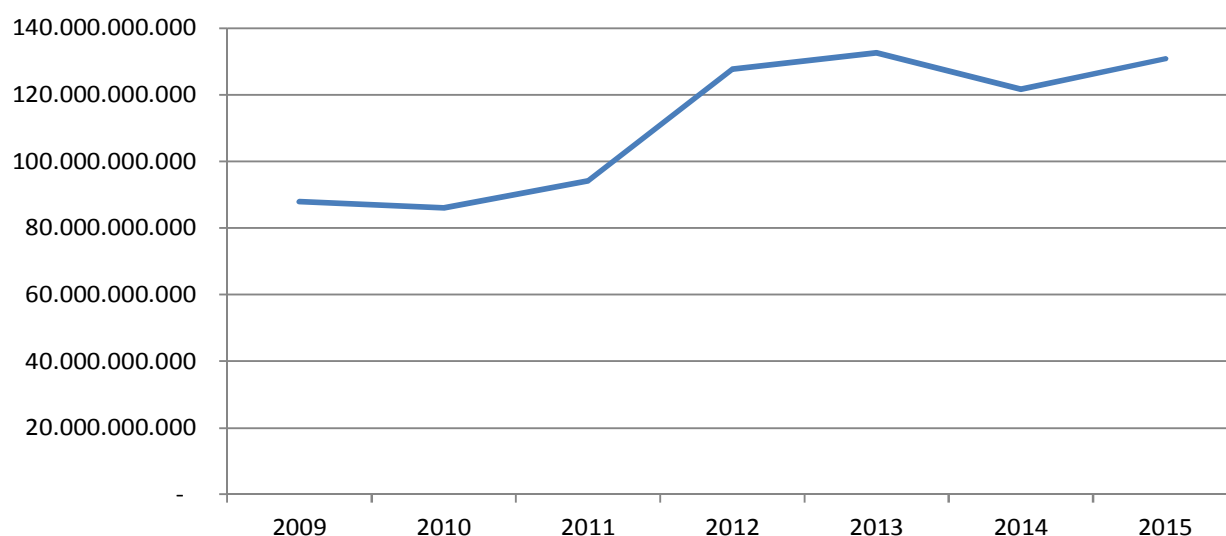
Província	Principais Indústrias	Nº Total de Indústrias	%
Maputo Cidade e Província	Metalúrgica, Alimentar, Bebidas, Têxtil, Minerais Não-Metálicos	1.021	37%
Sofala	Química, Alimentar, Bebidas, Tabaco, Minerais Não-Metálicos	543	19%
Manica	Alimentar e Bebidas	335	12%
Nampula	Alimentar, Têxtil, Química, Bebidas, Minerais Não-Metálicos	193	7%
Gaza	Alimentar e Minerais Não-Metálicos	190	7%
Inhambane	Alimentar, Metalúrgica, Minerais Não-Metálicos	112	4%
Tete	Alimentar, Bebidas	112	4%
Niassa	Alimentar e de Mobiliário	112	4%
Cabo Delgado	Alimentar	95	3%
Zambézia	Alimentar e Bebidas	72	3%
Total		2.785	100%

Fonte: INE

2.4. Volume da Negócios

A evolução do volume de produção industrial em milhões de Meticais ao longo de período de 2009 a 2015 é apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico 3: Evolução do Volume de Negócio MZN (2009-2015)



Fonte: INE

Dados do gráfico demonstram que as industriais registaram um volume de negócios no valor de 130.803 milhões de Meticais em 2015 contra os 87.858 milhões de Meticais em 2009, o que corresponde a um crescimento na ordem de 49%, sendo os principais contribuintes, a Indústria Metalúrgica de Base com 35% e a Indústria Alimentar com 25%.

2.5. Investimento no Sector Industrial

O volume do investimento realizado no sector industrial¹ a avaliar pelos projectos aprovados pelo Centro de Promoção de Investimentos está apresentado na tabela seguinte:

Tabela 3: Investimento Aprovado pelo CPI

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agricultura e Agro Industria	85%	12,56%	27,6%	7,4%	20,8%	8,97%	5,71%
Aquacultura e Pesca	0,53%	0,2%	0,29%	0,04%	0,1%	7,24%	-
Banca e Seguros	0,35%	2,43%	2,43%	4%	0%	0,08%	0,6%
Construção Civil	1,34%	1,24%	21%	4,2%	6,6%	3,88%	17,36%
Energia	0,0%	61,48%	5,5%	7,9%	0%	45,60%	-
Industria	3%	5%	13%	12%	38%	4,77%	36,20%
Investimento Directo Estrangeiro	19%	67%	47%	31%	26%	35%	55%
Investimento Directo Nacional	4%	13%	8%	10%	10%	32%	21%
Suprimentos/Empréstimo	77%	20%	45%	59%	64%	33%	23%
Transportes e Comunicações	1,36%	1,56%	18%	38,4%	14%	9,63%	4,30%
Turismo e Hotelaria	4,59%	4,34%	3,3%	10,1%	8,8%	8,42%	9,14%
Serviços	3,43%	10,71%	8,75%	15,8%	11,6%	11,40%	26,64%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: CPI

A tendência de investimentos no sector industrial é crescente, tendo-se verificado um aumento significativo em 2013, na ordem de 38% e cerca de 36% em 2015, superando os anos anteriores. Durante o período em análise, a estabilidade da moeda nacional até início de 2015, os programas de coordenação multi-sectorial e as potencialidades naturais e minerais do país contribuíram para o

crescimento do IDE, impulsionando o desenvolvimento do sector industrial nacional e da economia no geral.

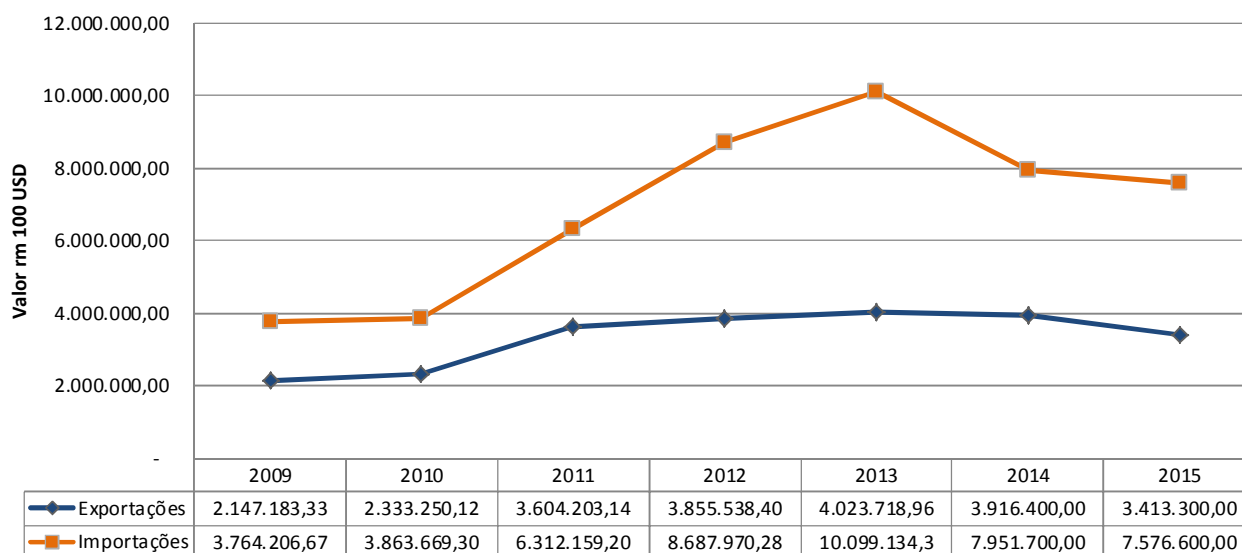
O IDE no país situou-se em cerca de 990 milhões de dólares em 2015, sendo os principais investidores internacionais a Espanha com 32%, seguido da China com 18%, Emiratos Arabés 10%, Portugal 9% e África do Sul 9%, tendo a Província e Cidade de Maputo absorvido cerca de 69% do investimento estrangeiro.

¹ Volume Total de Investimento aprovado pelo CPI

2.6. Análise das Exportações e Importações

Durante o período de 2009 a 2015 as exportações corresponderam a cerca de 48% das importações efectuadas. Visivelmente, o crescimento das importações tem superado as exportações, tendo crescido a uma taxa de 101% contra os 59% das exportações que sempre foram inferiores as importações, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 4: Evolução das Exportações e Importações, Milhões de USD

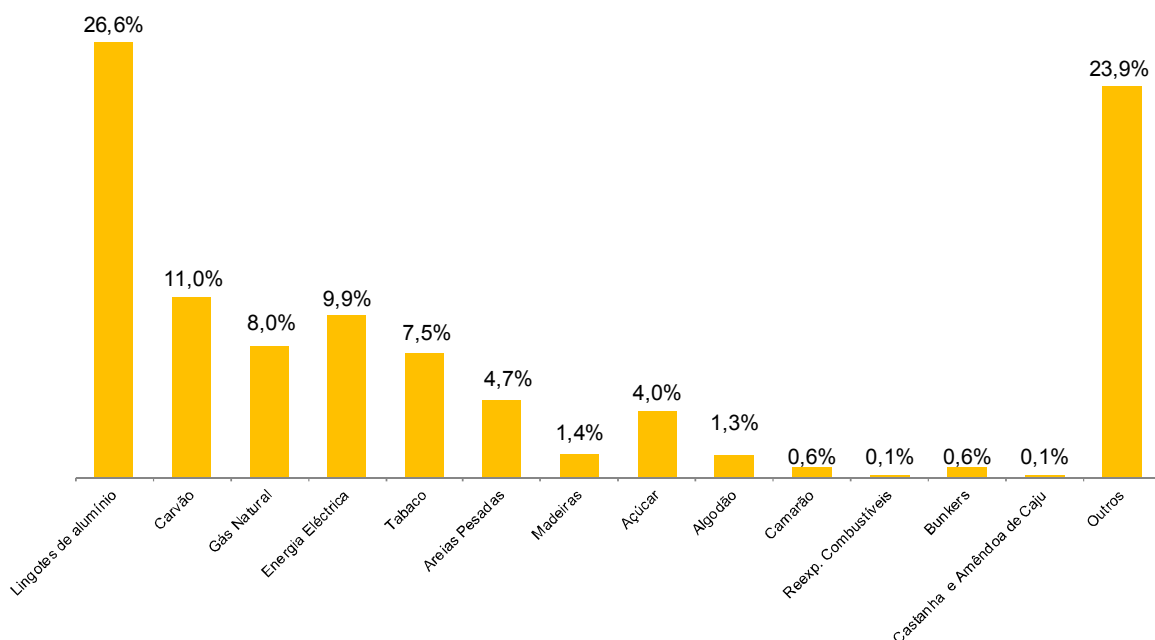


Fonte: INE

2.6.1. Exportações

No período de 2009 a 2015 as principais exportações do país foram o Alumínio, Carvão, Electricidade, Gás e Minérios com uma contribuição de 60% do total das exportações e os remanescentes 40% representados pelo Tabaco, Madeira, Açúcar, Castanha de Cajú, Farinha, Camarão dentre outros, conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 5: Exportações 2015



Fonte: INE, BM

O cenário apresentado no gráfico deve-se particularmente aos seguintes factores:

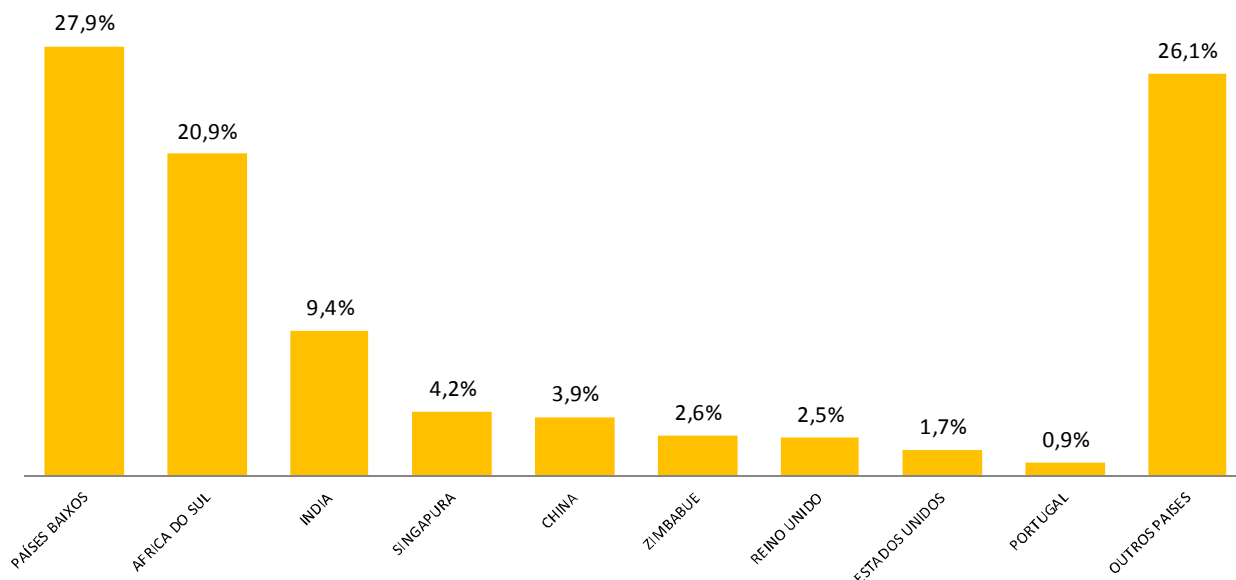
- Durante o período de 2014 e 2015, devido a queda do preço do Alumínio no mercado internacional, as receitas totais de exportação reduziram em 13,68% para um valor total 908.300 milhões de dólares;
- O nível de exportação de energia eléctrica em 2015 apresentou uma diminuição de 4,59%, tendo se estabelecido em 38.700 milhões de dólares;
- O Carvão mostrou-se como um dos principais produtos exportados atingindo em 2013, cerca de USD 503 milhões, mais 16% que em 2012, mas de 2014 a 2015 teve uma diminuição na ordem dos 23,52% devido a queda do seu preço a nível internacional;

- As principais exportações tradicionais são o Tabaco, o Açúcar, o Algodão e as Madeiras, resultado da expansão dos campos de cultivo nas Províncias de Maputo e Nampula.

De um modo geral, as exportações em Moçambique são dominadas pelas exportações dos grandes projectos de exploração mineira e de energia eléctrica. No período de 2006 a 2011 a África do Sul era o destino preferencial dos produtos moçambicanos, absorvendo em média 36% das exportações passando actualmente para segunda posição com 20,9%.

Após esse período os Países Baixos, a Índia, a Singapura e a China tornaram-se os destinos preferenciais de exportações em Moçambique conforme ilustrado no gráfico seguinte.

Gráfico 6: Principais Destinos das exportações em 2015



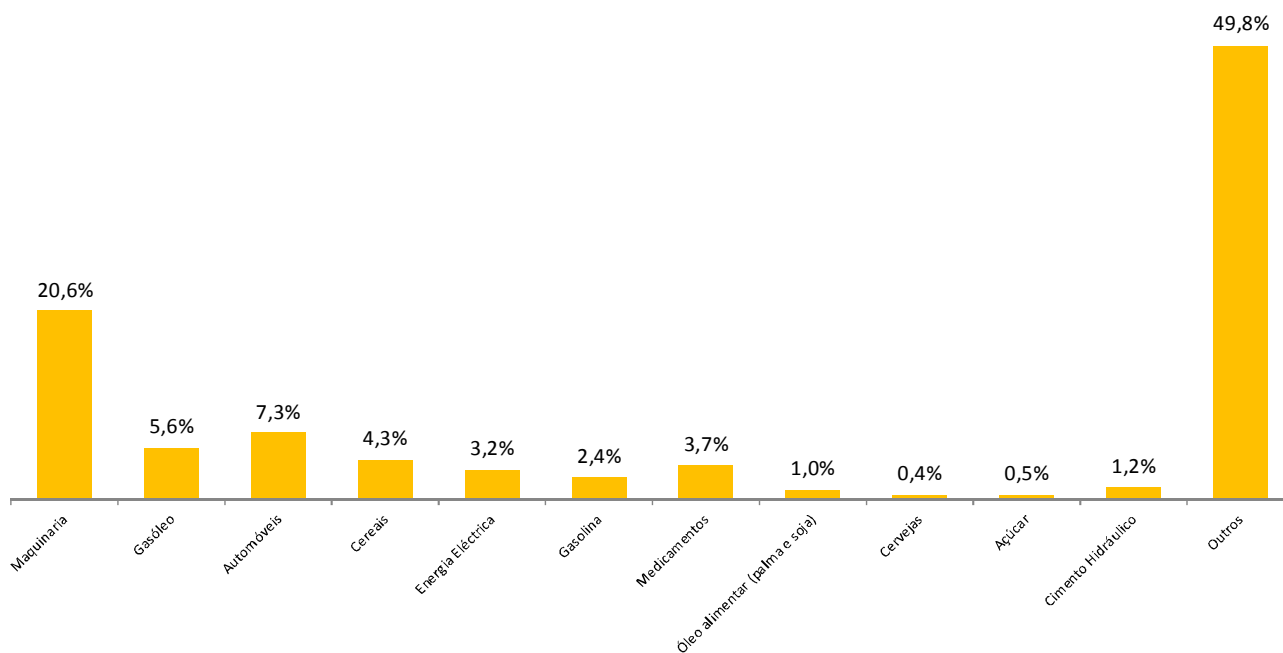
Fonte: INE

2.6.2. Importações

Em 2015 o nível de importações estabeleceu-se em 7.576.600,00 milhões de dólares, influenciados pelas importações dos mega-projectos devido aos investimentos feitos para instalação e/ou expansão das unidades de exploração.

Os principais produtos importados em 2015 são apresentados no gráfico seguinte:

Gráfico 7: Importações 2015



Fonte: INE

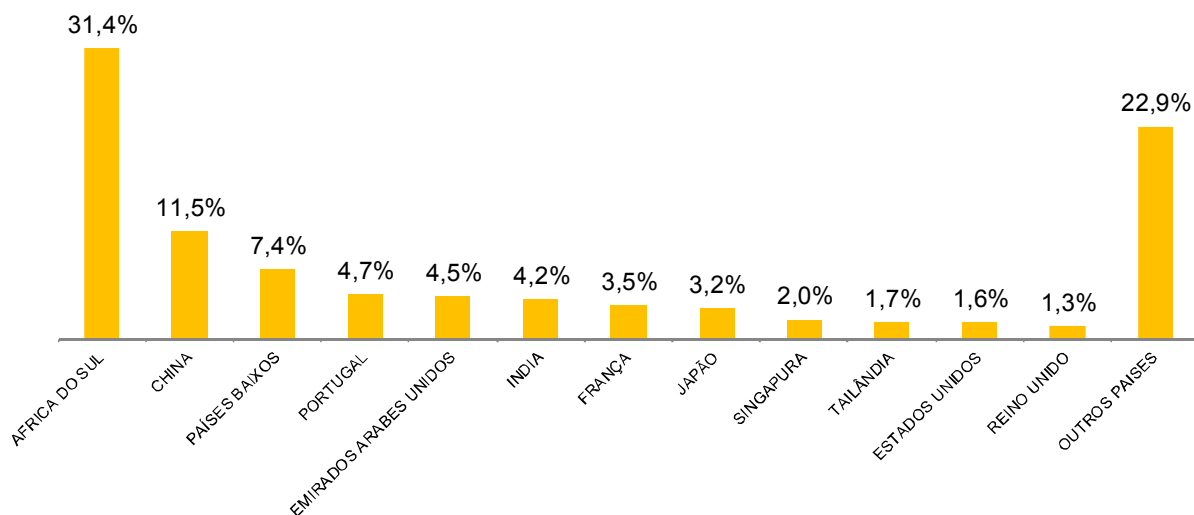
Com base no gráfico é possível constatar que os principais produtos importados foram os equipamentos industriais e ferramentas (maquinaria), representando 20,6% do total das importações, equivalentes a 7,3%, gasóleo absorvendo 5,6% das importações, cereais com 4,3% das importações e os remanescentes 62,2% distribuídos entre energia eléctrica, gasolina, cimento hidráulico entre outros.

O país apresenta altos volumes de importação de outros produtos, destacando-se a importação de material de construção (excluindo cimento), têxteis, mariscos, tractores agrícolas, pneus,

adubos, papel, cereais e medicamentos, para dar respostas aos défices internos agravados com as cheias que vem assolando o país (2010 e 2013). Destaca-se também aceleração na importação de cimento numa fasquia acima do dobro a partir de 2011, em resposta a crescente demanda, por um lado, pela dinâmica empreendida na área de infra-estruturas públicas e privadas (BM, 2013).

Os principais países de importação são a África do Sul, a China, os Países Baixos, Portugal e Emirados Arabes Unidos, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

Gráfico 8: Países de Origem das Importações 2015



Fonte: INE

2.7. Análise SWOT da Indústria

Para assegurar que a PEI assente no conhecimento objectivo da realidade do sector foi realizada uma análise dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças da indústria (análise FOFA), conforme apresentada a seguir:

⊕	Forças
	- Existência de fábricas de pequena e micro dimensão nas zonas rurais (moinhos de martelo, carpintarias, máquinas de descasque de arroz, prensas de óleo, produção de licores à base de frutas, etc.) distribuídas, principalmente, nas zonas de maior produção que com maior acesso ao financiamento e tecnologia podem dar maior contributo na produção e emprego; - Em um dos maiores sectores em termos de contribuição no PIB, pelo que merece toda a atenção na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento; - Existência de algumas indústrias que estão a experimentar um desenvolvimento assinalável (açúcar, materiais de construção) o que pode proporcionar uma base de experiência a ser replicada; - Aprovação de leis fiscais de incentivo aos novos investimentos (isenção de direitos aduaneiros sobre os equipamentos importados).
⊖	Fraquezas
	- Dependência em matérias-primas importadas; - Reduzida força de trabalho com qualificações adequadas; - Fraca qualidade e défice de infra-estruturas: Rede eléctrica, estradas, linhas férreas, água e logísticos; - Baixo valor acrescentado e dificuldades por parte do sector privado, para aceder aos benefícios decorrentes do Diploma Ministerial 99/2003 sobre Benefícios Aduaneiros para Indústria Transformadora; - Fornecimento irregular de água e energia eléctrica; - Tecnologia desactualizada, obsolescência dos equipamentos e falta de peças sobressalentes; - Baixa competitividades dos seus produtos; - Insuficiência de indústrias de embalagens; - Baixos padrões de qualidade dos seus produtos; - Falta de acesso ao financiamento em volume e em condições adequadas; - Dificuldades no aprovisionamento de matérias-primas e outros insumos aliados ao processo de importação; - Capacidade de Intervenção limitada em acções de promoção do desenvolvimento industrial;

	Fraquezas
• Burocratização dos processos administrativos na abertura e gestão de negócios; • Taxas portuárias elevadas comparativamente aos países da região; • Fraca coordenação multi-sectorial.	

	Oportunidades
• Aprovação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento que preconiza a industrialização como a principal via para alcançar a visão de prosperidade e competitividade nacional; • Existência de matérias-primas ou condições básicas para a actividade industrial; • Existência de estratégias de desenvolvimento de alguns sectores da indústria (têxteis, caju e algodão); • Aprovada da Lei de Educação Profissional para potenciar a existência de técnicos qualificados; • Descoberta e início de exploração de recursos naturais que pode catalisar o investimento na área industrial e surgimento de indústrias da cadeia de valor do gás e do carvão; • Oportunidade de acesso a mercados internacionais via acordos que permitem acesso preferencial aos produtos de países menos desenvolvidos (EBAS e AGOA); • Existência de projectos de infra-estruturas (parques industriais, linhas férreas e portos) que podem contribuir para o desenvolvimento industrial; • Exposição internacional do país, devido a existência de recursos energéticos estratégicos o que pode contribuir para a atracção de investimentos para o sector industrial e alargamento das infra-estruturas socioeconómicas básicas; • Existência da vontade política em apostar na indústria para combate da pobreza e do desemprego; • Medidas governamentais para a melhoria do ambiente de negócios; • Desenvolvimento de zonas francas económicas e industriais para atracção de investimento industrial em regiões e sectores com potencial para actividades industrial que são pouco explorados; • Contribuição para o crescimento económico do país através de instalação e/ou desenvolvimento de indústrias, criação de postos de emprego e melhoria do nível de vida.	

	Ameaças
• Entrada livre de concorrentes provenientes da Região Austral (incluindo a África do Sul, uma potência africana) através da implementação do Protocolo Comercial da SADC; • Encarecimento e escassez de mão-de-obra qualificada, devido ao aumento da procura das mesmas qualificações pela indústria extractiva; • Elevado índice de contrabando e contrafacção de produtos.	

A análise da situação actual do sector industrial moçambicano revela existirem constrangimentos de nível estrutural para o desenvolvimento da actividade industrial no território moçambicano e na região austral que devem ser levados em conta na elaboração da PEI 2015, nomeadamente:

- Reduzido nível de infra-estruturas adequadas que geram o encarecimento dos custos operacionais, caracterizados por condições de acesso precárias a alguns mercados, preço de transporte praticado relativamente alto;
- Fraco acesso ao financiamento bancário, caracterizado por elevadas taxas de juro, inexistência de linhas de crédito específicas para o ramo industrial e instituições bancárias orientadas para financiamento da indústria;
- Reduzido nível de força de trabalho com qualificações adequadas e a existente é onerosa;
- Deficiência no fornecimento de energia eléctrica e água;
- Apesar da existência das ZEEs e as ZFIs, o sistema fiscal é pouco atractivo devido as altas taxas de cobrança existentes comparativamente aos países da região, bem como a prevalência de taxas aduaneiras elevadas e demora no desalfandegamento dos produtos e custos portuários elevados.

Por outro lado, o país possui grande potencial agrícola (milho, arroz, mandioca, trigo, oleaginosas), pecuário, recursos florestais, energéticos, minerais (carvão, calcário, areias pesadas, gás, grafite, cobre, pedras preciosas e semipreciosas), recursos hídricos e recursos pesqueiros que podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da indústria nacional.

3. Política Industrial

A Política Industrial é um conjunto de princípios, medidas e actividades que visam contribuir para o desenvolvimento económico e social, através do aumento e diversificação da produção, produtividade e qualidade da produção industrial, baseada em iniciativas industriais, usando recursos naturais, numa base sustentada e tecnologias que promovam o emprego, privilegiando o aumento da oferta de bens de consumo e meios de produção.

3.1. Visão

Ser um sector industrial de relevo, altamente competitivo no contexto global, que permita a criação de capacidades humanas, institucionais, tecnológicas e satisfação da demanda interna e externa, através da valorização da produção nacional e maior integração regional.

3.2. Missão

Promover o desenvolvimento industrial através da formulação e implementação de estratégias sub- sectoriais, regulamentações da actividade industrial, criação de quadro institucional adequado e outras acções que contribuam para o crescimento e transformação qualitativa da economia.

3.3. Objectivos

O objectivo geral da Política Industrial é tornar a indústria o principal veículo para o alcance da prosperidade e bem-estar do país através da geração da maior parte de postos de emprego, produção e contribuição na valorização de recursos naturais, mais especificamente:

1. Aumentar a produção industrial, através de maior atracção do investimento para o sector, desenvolvimento de economias de escala na produção industrial e maior acesso ao mercado interno e externo das empresas do ramo;
2. Aumentar a contribuição no emprego do sector, através da aposta nas indústrias de mão-de-obra intensiva e aposta nas Micro, Pequenas e Médias Empresas;

3. Contribuir para a melhoria da balança comercial, apostando nas indústrias com potencial para substituição das importações e das exportações;
4. Expandir a cadeia de valor e o valor acrescentado dos produtos industriais através da maior utilização de matéria-prima nacional;
5. Promover maior conteúdo local na produção industrial, através de maiores ligações económicas a montante e a jusante das empresas do sector.

3.4. Pilares de Aposta Estratégica

Com vista a atingir os objectivos da Política Industrial, foram seleccionados Pilares da Aposta Estratégica sobre os quais recairão as acções do Governo e do sector Privado.

Os Pilares aqui propostos visam responder aos aspectos identificados no diagnóstico do sector industrial, designadamente:

- Capitalizar os pontos fortes e oportunidades;
- Responder às ameaças e minimizar os pontos fracos.

Assim são propostos os seguintes pilares de aposta estratégica para o desenvolvimento da indústria:

Figura 1: Pilares da Aposta Estratégica para o Desenvolvimento da Indústria

Pilares de Aposta Estratégica	1	Infra- Estruturas para o Desenvolvimento Económico
	2	Desenvolvimento do Capital Humano
	3	Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional
	4	Acesso à Financiamento Adequado
	5	Promoção de Ligações Empresariais
	6	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial
	7	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento
	8	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial

Para a materialização dos objectivos do desenvolvimento industrial será necessário elaborar programas específicos para cada Pilar da Aposta Estratégica.

A seguir apresenta-se a descrição detalhada de cada um dos pilares em termos de justificativa da escolha, objectivo, desafios e oportunidades estratégicas.

Pilar 1: Infra- Estruturas para o Desenvolvimento Económico	
Justificativa	Estudos recentes sobre a economia nacional no geral e da indústria em especial apresentam a questão das infra-estruturas como um dos maiores entraves para o seu desenvolvimento. Das auscultações aos stakeholders este factor foi também considerado como dos mais importantes para a dinamização do investimento no sector industrial. O desenvolvimento de infra-estruturas é fundamental para o desenvolvimento da indústria nacional e poderá contribuir para o seguinte: • Aumento da competitividade da produção industrial; • Incentivo ao investimento no sector industrial; • Geração de ligações empresariais domésticas.
Objectivo	Assegurar a existência de infra-estruturas para a viabilização de projectos industriais, tais como, parques industriais, estradas, linhas férreas, rede eléctrica, água, portos, de entre outros.
Desafios e Oportunidades Estratégicas	• Assegurar a existência de uma equipa multisectorial para infra-estruturas; • Sistematizar a informação dos projectos de infra-estruturas existentes; • Preparar uma base de dados dos projectos de desenvolvimento industrial e de oportunidades de investimento no sector industrial; • Avaliar o défice de infra-estruturas a curto, médio e longo prazo; • Definir uma estratégia integrada para suprir o défice de infra-estruturas.

Pilar 2: Desenvolvimento do Capital Humano	
Justificativa	A disponibilidade limitada da mão-de-obra com as qualificações adequadas é referida em muitos estudos e relatórios do sector industrial e há unanimidade sobre este problema entre as empresas deste sector;. Esforços para o desenvolvimento do Capital Humano estão a ser realizados, por exemplo, a aprovação da Lei sobre Educação Profissional, mas é preciso desenvolver planos específicos para a indústria para que este sector possa tirar partido desta oportunidade.
Objectivo	Alinhar os programas de formação técnico profissional com a estratégia de desenvolvimento industrial.
Desafios e Oportunidades Estratégicas	• Definir as competências chave para os recursos humanos das indústrias prioritárias; • Analisar o programa de reforma do ensino técnico profissional e identificar os aspectos que carecem de alinhamento e aprimoramento para assegurar o desenvolvimento das indústrias prioritárias; • Definir os mecanismos de colaboração, através de programas específicos, com a ANEP para que o ensino técnico-profissional e formação profissional possa beneficiar mais a industrialização do país; • Definir uma estratégia de formação técnico profissional em linha com a implementação da PEI.

Pilar 3: Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	
Justificativa	Estudos recentes revelam que existem muitas fraquezas na gestão das empresas do sector industrial. Esta situação pode inviabilizar todos os esforços que possam ser desenvolvidos para impulsionar o desenvolvimento do sector, uma vez que os principais actores não poderão capitalizar as oportunidades de crescimento que serão criadas. Por outro lado, é importante criar condições, acompanhadas com implementação de programas específicos, para que as empresas possam atingir níveis de competitividade equiparáveis aos da região. Este pilar constitui um dos alicerces fundamentais, para assegurar o sucesso dos outros aqui propostos.
Objectivo	• Assegurar a consolidação e crescimento de uma classe empresarial nacional do sector industrial, com especial enfoque no empreendedorismo jovem e aproveitamento das oportunidades de ligações empresariais (linkages); • Permitir que a indústria nacional tenha tempo para atingir os níveis de eficiência adequados para competir com indústrias mais avançadas.
Desafios e Oportunidades Estratégicas	• Analisar o défice de competências técnicas e de gestão dos gestores e empresários do sector industrial; • Conceber uma estratégia de acesso a tecnologias e know-how sobre processos de produção das empresas industriais; • Reforçar a capacidade actual do Instituto para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME) para que tenha uma área específica para o apoio as PME's do sector industrial; • Definir um plano de acções para revitalização das empresas do sector industrial; • Definir uma estratégia de identificação, capacitação e capitalização de jovens empreendedores do sector industrial; • Conceber uma estratégia de garantia de qualidade dos produtos industriais moçambicanos; • Definir uma estratégia integrada de protecção da indústria nacional.

Pilar 4: Acesso à Financiamento Adequado	
Justificativa	O sector industrial é o segundo que mais contribui para o PIB, entretanto recebe apenas 7,9% do crédito bancário, sendo pelo conseguinte o quinto destinatário do financiamento disponibilizado pelos bancos nacionais. Por outro lado, não existem linhas de crédito ou produtos bancários específicos para a indústria; Os empresários do sector queixam-se da falta de acesso, custos elevados, prazos e montantes reduzidos do financiamento bancário, daí haver necessidade da mobilização de recursos para o financiamento da indústria em condições que se ajustem às características do sector.
Objectivo	Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros em condições adequadas (condições de acesso, volume, custo e prazos) para financiar o investimento na indústria.
Desafios e Oportunidades Estratégicas	Avaliar as diversas opções para aumentar a disponibilidade de recursos financeiros em condições adequadas para financiar a indústria nacional, designadamente: • Banco de desenvolvimento industrial; • Fundo de garantia; • Linhas de crédito ou produtos bancários específicos para a indústria; • Definir as condições de financiamento compatíveis com investimentos na indústria; • Definir uma estratégia de mobilização de fundos; • Definir as condições de acesso ao financiamento.

Pilar 5: Promoção de Ligações Empresariais	
Justificativa	A promoção das ligações empresariais constituem um mecanismo para a melhoria do acesso a mercados das empresas do sector industrial, com enfoque nos megaprojectos, redução da dependência em matérias-primas importadas (por exemplo, ligação indústria com a agricultura).
Objectivo	Desenvolver um mercado interno para a indústria nacional e contribuir para um maior efeito multiplicador dos investimentos.
Desafios e Oportunidades Estratégicas	• Definir planos de acções e programas de ligações empresariais com foco na indústria que envolver diferentes actores, nomeadamente, o Governo, sector privado, instituições financeiras e académicas; • Assegurar a criação de um comité de coordenação das acções de ligações empresariais; • Promover as oportunidades de negócios identificadas junto do empresariado nacional; • Promover as oportunidades proporcionadas pelos grandes projectos para as pequenas e médias empresas com foco no sector industrial.

Pilar 6: Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	
Justificativa	Não obstante o país já ter aprovado e implementado desde a independência duas Políticas e Estratégias Industriais, o sector ainda enfrenta os mesmos problemas, baixa competitividade, equipamento obsoleto, falta de credibilidade dos seus produtos, de entre outros. Alguns desses problemas resultam do baixo nível de investimento no sector (a indústria situou-se entre o quarto e quinto maior destino do investimento nacional e estrangeiro nos últimos cinco anos).
Objectivo	Desenvolver esforços para o aumento do investimento nacional e estrangeiro na indústria, contribuindo para aumento do peso da indústria no desenvolvimento do país, emprego e combate a pobreza.
Desafios e Oportunidades Estratégicas	• Sistematizar os factores que limitam o desenvolvimento da indústria associados a políticas, legislação inadequada; • Conceber um pacote de incentivos para o investimento na indústria e avaliar o impacto nas metas de desenvolvimento do país (emprego, receitas fiscais, balança comercial, entre outros) a curto, médio e longo prazo; • Promover a discussão multisectorial, incluindo o sector privado do pacote de incentivos do investimento no sector industrial; • Apresentar a proposta de incentivos ao Governo para a sua aprovação.

Pilar 7: Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	
Justificativa	As vantagens competitivas da indústria e sua sustentabilidade a médio e longo prazo só são possíveis com investimento na inovação, aplicação da tecnologia adequada, pesquisa e desenvolvimento. Este pilar pode ser a base para promover a competitividade da nossa indústria.
Objectivo	Criar bases para melhoria da competitividade e desenvolvimento sustentável da indústria com base no conhecimento científico.
Desafios e Oportunidades Estratégicas	• Analisar com as instituições de ensino e de pesquisa nacionais os factores que limitam as suas actividades e a transferência do conhecimento desenvolvido para a produção; • Identificar os sectores da indústria que a médio e longo prazo podem apresentar vantagens competitivas caso se invista num maior conhecimento e melhor utilização dos recursos internos; • Estabelecer parcerias para a transferência do conhecimento da pesquisa aplicada para o desenvolvimento industrial, com foco para soluções de baixo custo e fácil implementação; • Estabelecer uma plataforma institucional que assegura o aproveitamento integrado dos resultados da pesquisa na área de produção industrial; • Definir uma estratégia integrada de pesquisa e desenvolvimento e o processo transferência de tecnologias para a produção industrial; • Definir o pacote de recursos necessários para a implementação da estratégia integrada de pesquisa e desenvolvimento.

Pilar 8: Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial	
Justificativa	No âmbito da implementação da PEI 2007, foi criado o IPEME mas o diagnóstico do sector identificou que esta instituição não tem uma área específica para assistir as MPME's do sector industrial. Por outro lado, a actual estrutura da DNI não permite atender as exigências para a implementação da nova PEI (advocacia, mobilização de recursos, coordenação com o sector privado e outros sectores, monitoria e avaliação da implementação de programas, dar assistência aos empresários do sector, de entre outras acções) dada a dinâmica actual que o país apresenta;
Objectivo	Assegurar a implementação adequada dos programas da PEI numa forma integrada com participação de todos os actores chave a nível nacional e o desenvolvimento contínuo da indústria.
Desafios e Oportunidades Estratégicas	• Identificar as acções a serem desenvolvidas pelas diferentes instituições públicas e privadas no âmbito da implementação da PEI; • Avaliar o papel desempenhado pela DNI e IPEME na promoção do desenvolvimento da indústria; • Analisar a amplitude das actividades dos programas da implementação da PEI; • Analisar o enquadramento dos programas da implementação da PEI nas atribuições da DNI e do IPEME; • Definir uma plataforma multisectorial para a implementação da PEI; • Avaliar a possibilidade da reestruturação da DNI e IPEME de forma alinhada com as necessidades da implementação da PEI ou a criação de uma instituição vocacionada na promoção do desenvolvimento industrial.

3.5. Indústrias Prioritárias

Consideram-se prioritárias as indústrias que se enquadram nos objectivos estratégicos do país e que cuja a implementação de acções específicas e alocação de recursos podem desenvolver-se com relativa rapidez e contribuir para que o sector industrial responda aos desafios que lhe são impostos.

3.5.1. Variáveis Consideradas na Definição das Indústrias Prioritárias

Para definição das indústrias prioritárias foram seleccionadas alguns subsectores da base de dados de 2013 da DNI, para a análise de um conjunto de variáveis, designadamente:

- Prioridade nacional;
- Potencial para criação de ligações económicas a montante e a jusante;
- Proveniência da matéria-prima;
- Geração de emprego;
- Substituição de importações;
- Contributo no nível de produção actual;
- Facilidade de implementação;
- Potencial de exportação.

3.5.2. Indústrias Classificadas Como Prioritárias

Para a classificação das indústrias prioritárias foi aplicado um processo de pontuação e ponderação que resultou na selecção seguintes indústrias de maior prioridade para o país:

- Alimentar e Agro- Indústria;
- Vestuário, Têxtil e Calçado;
- Minerais não metálicos;
- Metalurgia e Fabricação de Produtos Metálicos;
- Processamento de Madeira e Mobiliário;
- Química, Borracha e Plásticos;
- Papel e Impressão.

Assim, os esforços de desenvolvimento industrial durante a vigência da PEI deverão ser concentrados neste grupo de indústrias. As restantes indústrias irão se beneficiar das iniciativas gerais para a promoção do desenvolvimento económico do país.

O sucesso das indústrias prioritárias depende fundamentalmente do alinhamento e harmonização dos vários instrumentos sectoriais uma vez que as propostas apresentadas na PEI se enquadram no âmbito das estratégias e planos sectoriais aprovados.

3.5.3. Alinhamento das Indústrias Prioritárias com as Variáveis Determinantes e os Pilares de Aposta Estratégica

A Política Industrial definiu um conjunto de indústrias consideradas prioritárias e é sobre as mesmas que deverão ser orientados os esforços para o desenvolvimento do sector industrial. A seguir apresenta-se um alinhamento dos pilares com as indústrias prioritárias.

Tabela 4:Enquadramento das Indústrias Prioritárias nos Pilares

Sub - sector	Principais Produtos	Principais Matérias-Primas	Localização Geográfica ²	Infra-Estruturas para o Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento do Capital Humano	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	Acesso à Financiamento Adequado	Promoção de Ligações Empresariais	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial
Alimentar e Agro- -Indústria	Farinhas e massas alimen- tares	Milho, soja, mandioca e trigo	Ocorre em todo o país	(1) Regadios; (2) Campos de experimenta- ção; (3) Estradas, linhas férreas, portos com foco para a cabota- gem marítima; (4) Água e energia.	Agrónomos, especialida- des no sector de Química, Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Extensionistas Agrários e Industriais	(1) Novas Tecnologias de Produção; (2)Equipamentos; (3) Parcerias para transferência de conhecimento (<i>know how</i>)	(1)Formação em gestão, com foco para com- petências na área industrial; (2)Políticas de protecção de produtos cujos níveis de produ- ção satisfazem parte significa- tiva da procura doméstica (3)Controlo de qualidade dos produtos.	Empréstimos para agricul- tura e agro- -indústria em volume, custo, prazo apropriado	Empresas do Sector de agricultura, prestação de serviços na área da indústria, pecuária, hote- laria e turismo, metalomecânica, química, gráfica, embalagem, (papel plásti- co, metálico e vidro) e mega projectos,	(1)Incentivos na compra de matéria-prima local; (2)Redução/isen- ção de direitos na importação de equipamentos; (3)Condições de financiamento específicas para investimento.	Modelo de coordena- ção claro e simples entre os sectores de Agricultura e Segurança Ali- mentar, Terra e Desenvolvi- mento Rural , Indústria e Comércio ,Economia e Finanças, Ciên- cias, Tecnolo- gia e Ensino Superior
	Arroz	Arroz bruto									
	Óleo alimentar	Oleaginosas (Amendoim, gergelim, soja, macadâmia)									
	Fruta e vege- tais processa- dos	Fruta e vegetais									
	Carnes (bovina e de aves)	Gado bovino e aves									
Têxtil Vestuário, e Calçado	Tecidos, linha de costura, sacaria, roupas para diversos	Milho, soja, peixe e deriva- dos de frango	Nampula, Cabo Delgado, Niassa,	1. Estradas, linhas férreas, portos com	(1) Técnicos de produção têxtil e fiação; (2) Estilistas;	(1)Equipamentos; (2)Novas tecnologias de produção.	(1) Formação em gestão, com foco para competências na área industrial;	Empréstimos em volume, custo, prazo apropriado	Empresa do sector de agricultura, prestação de	(1)Desenvol- vimento de instrumentos de facilitação de	Modelo de coordenação claro e simples entre os sectores de

² Com base na localização da MP

Sub - -sector	Principais Produtos	Principais Matérias-Primas	Localização Geográfica ²	Infra-Estruturas para o Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento do Capital Humano	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	Acesso à Financiamento Adequado	Promoção de Ligações Empresariais	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial
	fins (com ênfase : farmamentos militares, hospitalares, escolares, fabris, roupa hospitalar), calçado	curtumes, pano- -cru, tecido	Sofala e Manica	foco para a cabotagem marítima 2. Energia e água	(3)Alfaiates profissionais; (4)Técnicos de manutenção e assistência técnica aos equipamentos.		(2)Apoio no acesso a merca- dos externos (3)Políticas específicas de protecção da indústria; (4)Incentivos fiscais; (5)Controlo de qualidade dos produtos.		serviços na área de agricultu- ra, pecuária e indústria, hote- laria e turismo, saúde, educação, defesa e seguri- rança, empresas do sector de qui- micos (tintas);	acesso ao mer- cado interno dos produtores na- cionais (revisão do Regulamento de procurement) e externo; (2)Incentivos fiscais na compra de matéria-prima local); (3)Redução/isen- ção de direitos na importação de equipamentos e matéria-prima; (4)Redução/isen- ção de obriga- ções fiscais no uso de matéria- -prima local; (5)Redução/isen- ção de encargos fiscais nos inves- timentos ligados a revitalização das indústrias paralisadas do sector.	Agricultura e Segurança Ali- mentar, Terra e Desenvolvi- mento Rural, Indústria e Co- mércio , Saúde, Educação e Desenvolvi- mento Humano, Recursos Mine- rais e Energia e Economia e Finanças
Minerais não Metá- licos	Cimento, vidro, produtos cerâmicos, cal e gesso,	Cinzas de car- vão e calcário, argila, gesso e	Maputo, Tete, Nampula, Niassa,	1. Estradas, Linhas férreas Portos; 2. Água e energia.	Especialida- des no sector de química, electrotecnia, geologia e mecânica	Indústria im- plantada mas que carece de modernização da sua tecnologia	(1) O Governo poderá manter os actuais benefícios que oferece, tais como isenções e reduções nas taxas	Empréstimos em volume, custo, prazo apropriado para a	Empresas do sector de cons- trução, presta- ção de serviços na área	(1) Redução de imposto na construção de Infra-estruturas (IRPC);	Modelo de coordena- ção claro e simples entre os sectores de Obras Públicas, Habitação

Sub - -sector	Principais Produtos	Principais Matérias-Primas	Localização Geográfica ²	Infra-Estruturas para o Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento do Capital Humano	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	Acesso à Financiamento Adequado	Promoção de Ligações Empresariais	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial
		dióxido de silício.	Zambézia e Manica	Energia		para aumentar os seus níveis de produção.	aduaneiras na importação de matérias-primas para indústrias; (2) Controlo de qualidade dos produtos; (3) Aplicação de medidas de salvaguarda.	Actividade	industrial, mine- ral, embalagens e bebidas.	(2) Redução de imposto sobre produção mineira para fins industriais; (3) Redução/isen- ção de direitos na importação de equipamentos e matéria-prima; (4) Redução/isen- ção de obriga- ções fiscais no uso de matéria- -prima local; (5) Redução/isen- ção de encargos fiscais nos inves- timentos ligados a revitalização das indústrias paralisadas do sector.	e Recursos Hídricos, Indústria e Comércio, Recursos Minerais e Energia, Ter- ra e Ambiente
Metalurgia e Fabri- cação de Produtos Metálicos	Produção de ferro, aço e alumínio (cabos eléctri- cos, lingotes, mobiliário metálico esco- lar, hospitalar e doméstico, automóveis, locomotivas)	Minério de ferro, alumina, carvão térmico, carvão coquefi- cável, chapas e perfis de ferro, aço e alumínio	Maputo, Tete, Nampula, Niassa, Zambeze e Manica	1. Estradas, Linhas férreas Portos 2. Água e energia	Técnicos da área de gestão industrial, qui- mica, metalur- gia, mecânica, electrotecnia, manutenção e assistência técnica	Apoio na renovação de equipamentos das empresas com equipamento obsoleto	(1) Incentivos fiscais; (2) Aplicação de medidas de salvaguarda; (3) Controlo de qualidade; (4) Preferência local para o fornecimento dos produtos ao Estado	Empréstimos em volume, custo, prazo apropriado para a activi- dade	Empresas de construção, prestação de ser- viços, metalo- mecânica, sector de fabricação de produtos metá- licos, fabricação de equipamento eléctricos, auto- móveis,	(1) Redução de imposto na construção de Infra-estrutu- ras (IRPC); (2) Redução de imposto sobre produção mi- neira para fins industriais; (3) Redução/ isenção de direitos na importação de	Modelo de coordena- ção claro e simples entre os sectores de Obras Públi- cas Habitação e Recursos Hídricos, Indústria e Comércio, Recursos minerais e energia

Sub - -sector	Principais Produtos	Principais Matérias-Primas	Localização Geográfica ²	Infra-Estruturas para o Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento do Capital Humano	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	Acesso à Financiamento Adequado	Promoção de Ligações Empresariais	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial
Processa- mento de Madeira e Mobiliá- rio	Serração de madeira , obras de ma- deira e mobi- liário diverso (escolar, hospitalar, escritório e doméstico)	Madeira Ser- rada, perfis de ferro e aço	Zam- bézia, Niassa, Nampula, Manica e Cabo Delgado	Infra-estruturas básicas: vias de acesso adequa- das, energia e água.	Exten- sionistas industriais, <i>designer</i> de imóveis, carpinteiros, profissionais de artes e ofí- cios e outras especialida- des	Mobilização de recursos para acesso a novas tecnologias de produção, com foco para pequenos equi- pamentos para melhoria dos acabamentos	(1)Incentivos fiscais na importação de equipamentos; (2)Melhoria das técnicas de acabamentos; (3)Controlo de qualidade dos produtos; (4)Preferência local para o fornecimento dos produtos ao Estado; (5)Aplicação de medidas de salvaguarda.	Emprês- timos em volume, custo, prazo apro- priado para a actividade	Empresas de todos os sec- tores, saúde , educação, construção, prestação de serviços, pescas	equipamentos e matéria – prima. (1)Imposição de Sobretaxas na exportação de Madeira; (2)Desenvol- vimento de instrumentos de facilitação de acesso ao mercado dos produtores nacionais (revisão do re- gulamento de <i>procurement</i>); (3)Redução/ isenção de direitos na importação de equipamentos (4)Redução/ isenção de obrigações fis- cais no uso de matéria prima local.	Modelo de coordena- ção claro e simples entre os Ministé- rios: de Terra Ambiente e Desenvolvi- mento Rural, Agricultura e Segurança Alimentar, Educação e Desenvolvi- mento Hu- mano, Saúde e Indústria e Comercio

Sub - -sector	Principais Produtos	Principais Matérias-Primas	Localização Geográfica ²	Infra-Estruturas para o Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento do Capital Humano	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	Acesso à Financiamento Adequado	Promoção de Ligações Empresariais	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial
Química, Borracha e Plásticos	Metanol, GPL, GTL e fertilizantes, detergentes, tintas, vermi- zes, produtos plásticos, borracha, cosméticos	Gás natural, carvão, areias pesadas	Cabo Delgado, Tete, Nampula e Inhambane	Criar condições logísticas para a exploração de matérias-primas, produção industrial, laboratórios químicos e respectivo escoamento	Especialidades no sector de Química, electrotecnia e gestão industrial, mecânica, Engenharia de petróleos	Mobilização de Recursos para Acesso à tecnologia e promoção de parcerias para transferência de conhecimento (<i>know how</i>)	1. Apoio na formação; 2. Controlo de qualidade dos produtos.	Empréstimos em volume, custo, prazo apropriado para a actividade	Empresas do sector de agricultura (fertilizantes), fortalecimento da cadeia de valor dentro do agro- processamento, têxtil fabricação de produtos	(1) Desenvolvimento de instrumentos de facilitação de acesso ao mercado dos produtores nacionais (revisão do regulamento de	Definição de organismos de apoio, desenvolvimento das indústrias deste ramo, indústria e comércio, agricultura, pescas, saúde, defesa.

Sub - -sector	Principais Produtos	Principais Matérias-Primas	Localização Geográfica ²	Infra-Estruturas para o Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento do Capital Humano	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	Acesso à Financiamento Adequado	Promoção de Ligações Empresariais	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial
				(Estradas, linhas férreas, portos, energia e água)					farmacêuticos, artigos de borracha e plásticos	<i>procurement</i>); (2) Redução de imposto na construção de Infra-estruturas (IRPC); (3) Redução de imposto sobre produção mineira para fins industriais; (4) Redução/isenção de direitos na importação de equipamentos e matéria-prima; (5) Redução/isenção de encargos fiscais nos investimentos ligados a revitalização das indústrias paralisadas no sector	Trabalho, recursos minerais e energia e outras instituições relevantes

Sub - -sector	Principais Produtos	Principais Matérias-Primas	Localização Geográfica ²	Infra-Estruturas para o Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento do Capital Humano	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	Acesso à Financiamento Adequado	Promoção de Ligações Empresariais	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial
Papel e Impres- são	Papel diver- so, cartolina, livros, emba- lagens	Polpa de pa- pel e papel	Zam- bézia, Niassa, Nampula, Manica e Cabo Delgado	Campos de Silvicultura e de refloresta- mento ; Criar condições lo- gísticas para a exploração de matérias-pri- mas produção industrial, laboratórios químicos e respectivo escoamento (Estradas, linhas férreas, portos, ener- gia)	Especialida- des no sector de Química, engenharia florestal e Industrial,	Mobilização de Recursos para Aces- so a Novas Tecnologias e Equipamentos de Produção, Parcerias para transferência de conheci- mento <i>know how</i>	(1) Formação em gestão, com foco para com- petências na área industrial; (2) Políticas de protecção de produtos cujos níveis de produ- ção satisfazem parte significa- tiva da procura doméstica; (3) Incenti- vos fiscais e aduaneiros nas importações de matérias-primas complemen- tares; (4) Controlo de qualidade dos produtos;	Emprés- timos em volume, custo, prazo apro- priado para a actividade	Empresas do sector de flo- resta , quími- ca, alimentos, bebidas, saú- de, educação, publicidade e marketing, editoriais e li- vros e mega projectos	(1) De- senvolvimento de instrumen- tos de facilita- ção de acesso ao mercado dos produtores nacionais (re- visão da lei de procurement); (2) Redução/ isenção de direitos na importação de equipamentos e matéria-pri- ma e empresas que reciclam papel; (3) Redução/ isenção de en- cargos fiscais nos investi- mentos ligados a revitalização das indústrias paralisadas no sector.	Modelo de coordena- ção claro e simples entre os Ministérios da Terra e Desenvolvi- mento Rural, Agricultura e Segurança Alimen- tar, Saúde, Educação e Desenvolvi- mento Hum- no, Ciência e Tecnologia, Ensino Supe- rior e Técnico Profissional, Indústria e Comércio e Economia e Finanças

Assim, para cada indústria prioritária está definido o esforço que deverá ser realizado por pilar para assegurar o seu desenvolvimento.

3.5.4. Impacto do Gás na Definição das Indústrias Prioritárias

Moçambique tem um enorme potencial energético, o que proporciona condições favoráveis para a satisfação não apenas das suas necessidades domésticas bem como da região da África Austral e não só. Com efeito, as recentes descobertas de gás natural, colocam Moçambique numa posição bastante privilegiada, na região e no mundo.

O enorme potencial que o gás natural, através dos seus inúmeros derivados possui quando processado, fornece importantes matérias-primas para o desenvolvimento agro-industrial e a produção de combustíveis líquidos, petroquímica e electricidade.

A abundância deste recurso e a localização geográfica privilegiada de Moçambique propicia a instalação de várias indústrias.

O uso do gás na indústria nacional e noutros sectores, em combinação com outros recursos energéticos existentes no país vai reduzir a longo prazo a dependência de Moçambique em relação aos derivados do petróleo importados dos quais depende, em grande medida, a economia nacional.

Este cenário trará um grande impacto no nível do desenvolvimento industrial do país. A presente Política e Estratégia Industrial, toma em consideração este factor, olhando para os projectos de investimento do sector industrial previstos no Plano Director do Gás aprovado pelo Governo em 2014.

4. Estratégia para o Desenvolvimento Industrial

A estratégia de desenvolvimento industrial consiste na decomposição de acções para materializar a política industrial, através da definição de programas específicos para cada pilar de aposta estratégica com vista a sua concretização. Assim para cada pilar de aposta estratégica definida pela política industrial, foram definidos e explicados um conjunto de programas considerando as seguintes variáveis determinantes: principais produtos, principais matérias-primas e sua respectiva localização geográfica.

4.1. Programas Estratégicos por Pilares

A concretização das metas de cada pilar de aposta estratégica se efectuará através de projectos institucionais (programas) e definição das respectivas estratégias de implementação. A tabela seguinte apresenta os programas estratégicos por pilares.

Tabela 5: Programas Estratégicos por Pilares

N.º	Pilar	Programas		Indicadores
		Designação	Justificativa e Racional do Programa	
1	Infra-estruturas para o Desenvolvimento Económico	Consolidar o Projecto dos Parques Industriais	• Este programa deve assegurar que todos os projectos de implantação de parques industriais estejam alinhados com a PEI e todos os actores chave relevantes (Instituições do Governo e Sector Privado) estejam a ser envolvidos e a participar activamente no processo; • Considerando que já estão a ser envidados esforços para a solução do problema de falta de infra-estruturas para o desenvolvimento da indústria, pretende-se capitalizar a estratégia aprovada e integrar na estratégia do desenvolvimento da Indústria; • Por outro lado, deve se garantir a promoção dos parques industriais, atracção dos investidores e financiamentos para projectos industriais em linha com outros programas previstos na PEI, para assegurar que as infra-estruturas tenham um impacto rápido no desenvolvimento industrial.	• Projecto aprovado; • Mobilizado o financiamento para os dois (2) parques industriais (Moatize e Mocuba); • Iniciada a Implantação de parques industriais nos locais definidos pelo projecto; • Nível de produção das empresas indústrias nos Parques Indústrias; • Postos de emprego criados pelas empresas industriais nos Parques Industriais; • Volume das Exportações das Empresas dos Parques Indústrias.
		Consolidar a Estratégia dos Corredores de Desenvolvimento	• Os corredores de desenvolvimento constituem um forte incentivo ao	• Infra-estruturas chave para o desenvolvimento industrial ao

N.º	Pilar	Programas		Indicadores
		Designação	Justificativa e Racional do Programa	
			investimento das infra-estruturas a si associadas. A PEI pretende capitalizar esta estratégia em coordenação com as instituições governamentais relevantes através da promoção do investimento em projectos industriais nos corredores de desenvolvimento; • Na perspectiva da PEI, deve-se identificar projectos adicionais nos Corredores de Desenvolvimento que possam dar maior ímpeto ao desenvolvimento industrial.	longo dos Corredores de Desenvolvimento: • KM de Estrada reabilitados ou construídos; • KM de Linhas Férreas reabilitados ou construídos; • Portos Melhorados reabilitados ou construídos. • Número das empresas industriais nos Corredores de Desenvolvimento; • Produção das empresas industriais nos Corredores de Desenvolvimento; • Número de postos de emprego Criado pelas empresas industriais nos Corredores de Desenvolvimento; • Volume das Exportações das Empresas dos Corredores de Desenvolvimento.
		Consolidar a Estratégia de Desenvolvimento Integrado dos Sistemas de Transportes	• Um sistema integrado de transportes, proporciona a plataforma logística para o desenvolvimento da indústria, pelo que, o objectivo da integração desta estratégia visa assegurar e influenciar que os projectos a si associados irão contribuir para a dinamização do desenvolvimento industrial.	• Infra-Estruturas de Transportes e Comunicações relevantes para o desenvolvimento criadas.
		Consolidar o Programa das ZFI	• O Gabinete de Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA) tem estado a criar Zonas Francas Industriais (ZFIs) que tem contribuído para a implantação de projectos industriais; • Pretende-se que a criação destas ZFIs esteja sempre alinhada com a PEI, para evitar a duplicação de esforços e facilitar a mensuração dos resultados; • O Plano de Implementação da PEI deve incluir a criação das ZFI em coordenação com o MEF (GAZEDA) e MOPHRH.	• Número de empresas industriais nas ZFIs; • Nível de Produção Industrial nas ZFIs • Número de postos de emprego criado pelas empresas industriais nas ZFIs; • Volume das exportações das empresas dos ZFIs.
2	Desenvolvimento do Capital Humano	Formação Acelerada dos Técnicos das Empresas Industriais	• O objectivo é identificar o défice de competências dos profissionais da área industrial e estruturar um plano de formação acelerado e assegurar “quick wins”; • A formação acelerada deverá abranger também novos subsectores da indústria passíveis de introduzir sem necessidade de grandes investimentos;	• Número de pacotes de formação desenhados; • Número de técnicos formados; • Melhoria da produtividade; • Número de técnicos absorvidos por indústria prioritária.

N.º	Pilar	Programas		Indicadores
		Designação	Justificativa e Racional do Programa	
			• Este programa poderá ser implementado através do INEFP e outros centros de formação existentes no país.	
		Consolidar o Programa da Reforma da Educação Profissional	• O MCTES está a implementar o Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional através da ANEP e recentemente foi aprovada a Lei de Educação Profissional, pretende-se com este programa assegurar que o ensino técnico-profissional tenha orientação suficiente para a Indústria; • Será importante assegurar que os projectos existentes na ANEP estão alinhados como a PEI para minimizar a duplicação de esforços e dispersão de recursos.	• Número de programas de Educação Profissional orientados para Indústria; • Número de graduados do Ensino Técnico Profissional com competências relevantes para o desenvolvimento da indústria.
		Criação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para o sector industrial	• O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano servirá para materializar outros programas deste pilar. A principal fonte de recursos poderá ser uma taxa sobre os salários de Trabalhadores Estrangeiros; • A gestão do Fundo poderá ser confiada institucionalmente à entidade governamental que será responsável pela implementação da PEI em parceria com o Sector Privado.	• Aprovado o Fundo de Desenvolvimento Capital Humano; • Número de projectos de Formação na Área Industrial Financiados; • Número de empresas industriais que canalizam 1% da folha de salários para formação e capacitação dos seus recursos humanos; • Número de beneficiários das Acções de Formação na Área Industrial financiados.
		Pesquisa, Atracção, Formação e Orientação de Talentos	• É importante assegurar que o Sector da Indústria (a nível do Governo e do Sector Privado) disponha de quadros qualificados e com visão estratégica para o desenvolvimento industrial. Os talentos identificados poderão ter a orientação de empreendedores ou de técnicos; • O processo de identificação deverá ser em parceria com as instituições de ensino.	• Número de programas de atracção de talentos; • Nível de cobertura territorial dos Programas de Atracção de Talentos; • Número de talentos identificados formados e enquadrados nas empresas.
3	Capacitação das Empresas do Sector e Protecção da Indústria Nacional	Implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade e Certificação de Empresas Industriais	• A implementação dos sistemas de gestão de qualidade e a certificação das empresas do sector industrial poderão ser um factor importante para aumentar o acesso ao mercado, sobretudo na cadeia de valor dos megaprojectos pelo grau de exigência que estes tem para com os seus fornecedores; • Este programa pode contribuir para reduzir a fraca qualidade dos produtos das nossas empresas do sector industrial; • O MIC, através do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade deverá	• Aprovação do Programa de Apoio na Implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade e Respectiva Certificação; • Número de empresas certificadas; • Variação do volume de negócio das empresas certificadas.

N.º	Pilar	Programas		Indicadores
		Designação	Justificativa e Racional do Programa	
			desenvolver um projecto específico para o efeito.	
		Promonão do Conteúdo Local dos Produtos Industriais	• O aumento do conteúdo local dos produtos manufacturados para além de assegurar a retenção dos recursos financeiros no país aumenta a possibilidade das empresas do sector beneficiarem dos incentivos fiscais disponíveis à luz da legislação em vigor; • A implementação deste programa deve ser feita duma forma integrada e com carácter multisectorial. Requer a importação de tecnologias para a transformação de recursos naturais existentes e incorporação como matéria-prima noutras indústrias ou alargamento da cadeia de valor. Para uma melhor monitoria dos resultados, dever-se-á desenhar projectos para as indústrias tradicionais e os associados a exploração dos recursos naturais, como gás, carvão, de entre outros.	• Variação do valor acrescentado médio da indústria; • Volume de transacções entre megaprojectos e empresas industriais; • Volume de transacções entre o Estado e as empresas industriais; • Volume de matéria-prima local absorvida pela indústria.
		Promoção do Acesso Privilegiado às Oportunidades de Fornecimento ao Estado e aos Megaprojectos	• O acesso ao mercado é um aspecto chave para o incentivo ao investimento no sector e desenvolvimento da indústria. O Estado e os megaprojectos como grandes consumidores de bens e serviços podem dar um grande contributo neste sentido; • Por outro lado este programa representa um contributo para o reforço das ligações empresariais que por sua vez aumenta o efeito multiplicador dos projectos industriais.	• Volume de transacções entre megaprojectos e empresas industriais; • Volume de transacções entre o Estado e as empresas industriais.
4	Acesso à Financiamento Adequado	Programa para assegurar o financiamento ao sector da indústria	• A existência duma instituição financeira vocacionada ao financiamento de projectos industriais visa responder à carência de crédito em condições que se ajustam às características da actividade industrial em termos de volume, prazos, taxas de juro, de entre outras condições; • A fonte de financiamento da instituição poderá incluir receitas provenientes da exploração de recursos minerais, capitais privados e investimento do Estado; • O modelo institucional a adoptar deverá privilegiar a resolução dos problemas de acesso ao financiamento de forma sustentável.	• Volume de Crédito concedido; • Número de empresas do Sector Industrial beneficiárias de crédito.
		Criação de Linhas de Crédito para Financiamento da Indústria	• A solução do acesso ao financiamento para as empresas do sector industrial não será resolvido unicamente pela criação do Banco de Desenvolvimento Industrial ou Fundo de Fomento Industrial.	• Número de Linhas de Crédito; • Volume de Crédito concedido à empresas industriais através das linhas de crédito;

N.º	Pilar	Programas		Indicadores
		Designação	Justificativa e Racional do Programa	
			- Assim poder-se-á mobilizar fundos para a criação de linhas de crédito sob gestão de bancos comerciais em que estes possam também contribuir com os seus recursos como uma combinação de esforços para a solução do problema; - Neste programa o Estado poderá assumir parte ou a totalidade do risco de crédito.	- Número de Empresas beneficiárias das Linhas de Crédito; - Taxa de Juro média das Linhas de Crédito Vs média do Sistema Bancário Nacional; - Taxa de Crédito em Risco das Linhas de Crédito.
		Acordos junto da Banca Comercial para o Desenvolvimento de Produtos de Crédito para Indústria	Pretende-se com este programa chamar as instituições financeiras para contribuírem para o desenvolvimento da indústria, desenvolvendo produtos de créditos orientado para as necessidades das empresas do sector.	- Produto financeiros criados orientados para o sector industrial; - Número de Empresas beneficiários dos produtos financeiros criados orientados para sector industrial.
5	Promoção de Ligações Empresariais	Programa de ligações empresariais Mapeamento das Ofertas das Empresas Industriais e Criação do Banco de Dados	- Uma das limitações para incrementar as ligações empresariais é a falta de informação sobre os produtos e serviços oferecidos localmente, assim pretende-se a Criação do Banco de Dados, manutenção e difusão da informação; - Esta deverá estar disponível para o público através do Página de Internet do MIC e da CTA; - Para além de promover as ligações empresariais este programa irá contribuir para o aumento de acesso ao mercado das empresas do sector industrial, através da maior divulgação dos seus produtos.	- Criação de banco de dados das empresas industriais; - Evolução da diversificação da oferta de produtos industriais.
		Incubação de Empresas do Sector Industrial	- Na base de um processo de identificação e sistematização da informação das necessidades de produtos e serviços do mercado o programa irá promover a incubação e capacitação de micro e médias empresas do sector industrial; - Os recursos para o financiamento do programa poderão ser para a Criação de Fundo de Desenvolvimento Capital Humano.	- Aprovação do projecto de incubação de empresas industriais; - Empresas industriais incubadas; - Nível de cobertura territorial do projecto; - Volume de produção das empresas incubadas; - Número de postos de emprego gerados.
		Facilitação de Informação e Acesso ao Mercado Local	- Pretende-se com este programa recolher e difundir informação sobre as oportunidades de negócio entre as empresas do sector industrial, nos megaprojectos e no Estado; - A instituição responsável pela implementação da PEI deverá envidar esforço de partilha de informação sobre as oportunidades existentes e definir uma plataforma de difusão.	- Volume de transacções entre empresas do sector industrial e dos outros sectores; - Aprovação do Programa de Promoção de Investimento para o Sector Industrial; - Aprovação do Pacote de Incentivos Específicos para Investimentos na Indústria;

N.º	Pilar	Programas		Indicadores
		Designação	Justificativa e Racional do Programa	
				• Volume de investimentos realizado na Indústria aprovado pelo Programa de Promoção de Investimento para o Sector Industrial.
6	Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Consolidar a Estratégia de Promoção do Investimento Privado em Moçambique	• O MEF, através do CPI, aprovou o Plano Estratégico de Promoção de Investimento Privado em Moçambique e pretende-se consolidar este documento e capitalizar as linhas de orientação estratégicas relevantes para o Sector Industrial.	• Aprovação do Programa de Promoção de Investimento para o Sector Industrial; • Aprovação do Pacote de Incentivos Específicos para Investimentos na Indústria; • Volume de Investimentos Realizado na Indústria aprovado pelo Programa de Promoção de Investimento para o Sector Industrial.
		Consolidar a Estratégia de Melhoria de Ambiente de Negócios	• O ambiente de negócio é uma variável chave para o aumento do investimento, crescimento e desenvolvimento de projectos industriais implantadas através de políticas e programas que concorram para um melhor ambiente, nos últimos anos.	• Aprovação de Indicadores da Avaliação do Ambiente de Negócios Específico para a Indústria; • Número de avaliações realizada por ano; • Evolução de Indicadores da Avaliação de Ambiente de Negócios Específico para a Indústria.
		Revisão do Pacote de Incentivos Específicos para Investimentos na Indústria	• Existem alguns incentivos para o investimento no sector industrial, mas excluindo os das ZFIs a maioria é genérica e para que a industrialização ganhe a dinâmica que se pretende é preciso que se defina um pacote de incentivos específicos.	• Aprovação do pacote de incentivos ao investimento no sector industrial; • Aumento do volume de investimentos no sector industrial em níveis maiores que os actuais.
7	Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Promoção do Acesso à Novas Tecnologias de Produção	• Definir políticas que facilitem o acesso ao financiamento de baixo custo e incentivos para à aquisição de meios produtivos e tecnológicos avançados através de financiadores internos ou externos.	• Aprovação do Programa e Orçamento para a Promoção do Acesso a Novas Tecnologias de Produção; • Projectos de Acesso a Tecnologias Aprovados e Financiados.
		Criação de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial	• Massificar os centros de pesquisa e de desenvolvimento industrial devidamente apetrechados com equipamentos e metodologias de pesquisa modernas e pessoal altamente qualificado.	• Centros de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial apetrechados ou criados; • Número de Projectos de Produção Industrial Inovadores Implementados;

N.º	Pilar	Programas		Indicadores
		Designação	Justificativa e Racional do Programa	
				• Volume de Produção resultante da implementação de Projectos de Produção Industrial Inovadores implementados; • Postos de Emprego resultante da implementação de Projectos de Produção Industrial Inovadores Implementados.
		Estabelecimento de Parcerias e Transferência de Conhecimento para Criação de Empresas de Novos Seguintos Industriais	• Criar parcerias público-privado com enfoque na disponibilização de serviços tecnológicos de apoio às MPME inovadoras em seguimentos novos industriais; • O MCTES, através de incubadoras tecnológicas, desenhar programas específicos de apoio em matérias de serviços tecnológicos e qualidade da gestão empresarial virados ao desenvolvimento de ideias inovadoras com vista ao alcance do desenvolvimento industrial a nível nacional.	• Número de Projectos de Transferência de Conhecimento para Criação de Empresas de Novos Seguintos Industriais implementados; • Número de Empresas de novos seguimentos industriais criados; • Volume de Produção de novos seguimentos industriais • Postos de Emprego gerados por novos seguimentos industriais.
		Introdução de Extensionistas Industriais para as MPME do Sector Industrial	• Desenvolver cursos direccionados à automatização dos processos produtivos e gestão industrial com recurso aos meios tecnológicos modernos e de baixo custo; • As entidades implementadoras devem criar parcerias de aplicação de fundos sectoriais virados à capacitação de técnicos Extensionistas especializados em desenvolvimento industrial para alavancar as MPME;	• Aprovação da Introdução de Extensionistas Industriais para as MPME; • Número de Extensionistas Industriais; • Nível de cobertura territorial dos Serviços dos Extensionistas Industriais; • Índice de Satisfação dos MPME do sector industrial com os Serviços dos Extensionistas Industriais.
		Reestruturação e Capacitação da DNI	• Desenvolver um conjunto de mecanismos que permitam maior coordenação da DNI em forma de cascata, desde a Direcção Nacional, passando pelas Direcções Provinciais até aos Serviços Distritais; • Flexibilizar a comunicação dentro do MIC obedecendo a hierarquia na vertical, isto é, desde a base até ao topo e na horizontal com os outros sectores, entre as unidades orgânicas do mesmo nível; • Dotar a DNI e os seus respectivos órgãos provinciais e distritais de meios de trabalho flexíveis e modernos de forma a responder a crescente demanda processual;	• Índice de Satisfação dos Operadores do ramo industrial

N.º	Pilar	Programas		Indicadores
		Designação	Justificativa e Racional do Programa	
		Reestruturação do IPEME e Definição do Modelo de Relacionamento deste com a DNI	• O MIC deverá criar medidas que garantam um suporte mais efectivo e sustentável aos operadores e investidores industriais, pelo IPEME; • Melhorar/simplificar a tramitação de processos entre ambos órgãos por forma a dinamizar o desenvolvimento industrial nacional; • Definir o modelo de relacionamento MIC, DNI, IPEME e INNOQ.	• Criação de uma Área Específica no IPEME para Desenvolver, implementar e atender MPME do sector industrial; • Aprovação do Modelo de Relacionamento entre IPEME, INNOQ, DNI em matéria de promoção do desenvolvimento Industrial
		Criação de uma Plataforma de Coordenação Multisectorial para o Desenvolvimento Industrial	• Promover relações de coordenação e envolvimento entre os diferentes sectores económicos, sob a gestão de uma plataforma de coordenação única a todos os níveis hierárquicos, que concorram para o desenvolvimento industrial.	• Aprovação da Plataforma de Coordenação Multisectorial para o Desenvolvimento Industrial; • Índice de Satisfação dos Operadores Industriais com a resposta das questões transversais para o desenvolvimento industrial; • Assinatura de Memorandum de Entendimento entre as diferentes entidades governamentais envolvidas no desenvolvimento industrial.
		Criação de uma Plataforma de Coordenação Governo-Sector Privado para o Desenvolvimento Industrial	• Definir o modelo de coordenação e articulação contínua entre o Governo e Sector Privado assegurando que cada uma das partes está ao corrente dos projectos em curso, através da troca de informação formal; • Assegurar a integração do Sector Privado na monitoria da implementação da PEI.	• Aprovação da Criação de uma Plataforma de Coordenação Governo-Sector Privado para o Desenvolvimento Industrial; • TORs da Plataforma de Coordenação Governo-Sector Privado para o Desenvolvimento Industrial; • Índice de Satisfação dos Operadores Industriais com a Plataforma de Coordenação Governo-Sector Privado o para o Desenvolvimento Industrial; • Assinatura de Memorandum de Entendimento entre as diferentes entidades públicas e privadas, envolvidas no desenvolvimento industrial.

5. Medidas de Estímulo para o Desenvolvimento Industrial

As medidas de estímulo aqui propostas, visam assegurar a geração de impactos rápidos (*quick wins*) no desenvolvimento industrial criando a dinâmica necessária no sector, mobilizando a comunidade empresarial a aumentar os investimentos na indústria, expandir a produção, emprego e o arranque do ciclo da transformação estrutural da economia.

A proposta resulta de uma avaliação combinada entre os resultados de diagnóstico e a análise comparativa de medidas de estímulo para o desenvolvimento da Indústria com base em experiências internacionais, avaliando a natureza e tipos de incentivos industriais fornecidos e resultados alcançados.

Os resultados do diagnóstico do sector industrial apontam como principais constrangimentos questões como Infra-estruturas (altos custos das ligações internas, necessidade de melhoria e extensão da rede rodoviária e ferroviária, regularidade e existência de linhas de cabotagem, necessidade de melhoria da periodicidade, quantidade e qualidade no fornecimento de energia e água), acesso aos mercados, processos aduaneiros burocráticos e a forte concorrência de produtos internacionais. Este cenário remete a tomada de medidas de estímulo que promovam a melhoria das Infra-estruturas, protecção do empresariado nacional, diversificação e crescimento do tecido industrial local e fortalecimento das cadeias de valor.

Constatou-se que vários países como Índia, Brasil e África do Sul têm combinado diversos tipos de estímulos gerais e específicos a indústria, tais como concessão de empréstimos, programas de crédito a regiões particulares, incentivos fiscais (que

incluem isenção, dedução ou especial exclusão de tributação sobre a receita bruta, crédito fiscal, alíquota preferencial), simplificação de procedimentos aduaneiros e as encomendas governamentais para as empresas, em particular a pesquisa e desenvolvimento durante um tempo determinado. Estes incentivos são fornecidos mediante critérios explícitos e por vezes selectivos, que permitem acompanhar o desempenho e monitoramento efectivo das indústrias, incluindo critérios de acesso preferencial bem como proibições.

As medidas de estímulo subdividem-se em cinco grupos, designadamente:

- 1) Incentivos e simplificação de procedimentos do Investimento no Sector Industrial;
- 2) Promoção de acesso ao financiamento;
- 3) Preferência de produtos nacionais nas compras do Governo;
- 4) Investimento em Infra-estruturas para o desenvolvimento industrial através de Parcerias Público Privadas;
- 5) Incentivos fiscais e aduaneiros.

Apresenta-se a seguir o detalhe de cada uma das medidas de estímulo para o desenvolvimento industrial.

5.1. Incentivo ao Investimento em Infra-estruturas para o Desenvolvimento Industrial Através de Parcerias Público Privadas

Apresenta-se aqui o conjunto das acções a serem desenvolvidas com vista a atrair o investimento do sector privado em infra-estruturas chave para o desenvolvimento da indústria.

Tabela 6: Incentivos ao Investimento em Infra-estruturas para o Desenvolvimento Industrial Através de PPP

Incentivo Investimentos em Infra-estruturas para o Desenvolvimento Industrial Através de Parcerias Público Privadas

Objectivos	Fundamentação	Plano de Acções	Monitoria e Controlo dos Impactos
Assegurar a existência de infra-estruturas adequadas para o desenvolvimento industrial; Estimular a criação de <i>clusters</i> industriais; Reduzir os custos de transacções e aumentar a competitividade da produção industrial.	As infra-estruturas representam um factor chave para o desenvolvimento da indústria e o Estado, por si só não poderá dar resposta às necessidades desta componente a curto e médio prazo dado a limitação de recursos para responder a diversas necessidades sobre a sua alçada. As PPPs podem ser uma alternativa para solução parcial do problema de infra-estruturas, como apontam alguns estudos internacionais realizados sobre o país, por exemplo, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.	• Revisão da Lei 15/2011, de 10 de Agosto (Parceria Público Privada), com ênfase na criação de estímulos para a participação do sector privado na construção e exploração de infra-estruturas; • Isenção do pagamento do IRPC até à recuperação do investimento aos privados que investem na construção e exploração de infra-estruturas para a indústria, parques industriais, linhas férreas, estradas, rede eléctrica, de entre outros; • Isenções de direitos na importação de equipamentos; • Promoção das oportunidades de investimentos em parques industriais para investidores privados, realçando os incentivos a serem definidos.	N/A

5.2. Promoção de Acesso ao Financiamento

As acções de promoção do acesso ao financiamento a serem implementadas durante a vigência da PEI assumem diversas vertentes destinadas a diminuir o risco de crédito para os bancos e aumento da disponibilidade de recursos financeiros.

Tabela 7: Promoção de Acesso ao Financiamento**Promoção de Acesso ao Financiamento**

Objectivos	Fundamentação	Plano de Acções	Monitoria e Controlo dos Impactos
Assegurar maior disponibilidade de recursos financeiros às empresas e investidores através de medidas complementares de mitigação do risco	O acesso ao financiamento é apontado pelos empresários do sector como umas das principais barreiras ao desenvolvimento industrial; Por outro lado o sector bancário argumenta que o reduzido volume de financiamento ao sector prende-se com elevado risco que este apresenta; Propõe-se aqui um conjunto de acções complementares que possam aumentar a disponibilidade de recursos financeiros para a indústria.	• Introdução de um seguro de crédito para financiamento bancário às empresas do sector industrial; • Criação de Fundo de Garantia de Crédito; • Facilitação do acesso ao financiamento através de mobilização de recursos financeiros para a criação de linhas de crédito concessionais.	N/A

5.3. Preferência de Produtos Nacionais nas Compras do Governo

A promoção da preferência dos produtos nacionais nas compras do Governo está orientada a aumentar o mercado dos produtos da indústria nacional e incentivar por esta via o investimento.

Tabela 8: Preferência de Produtos Nacionais nas Compras do Governo
Encomendas Governamentais em Produtos Nacionais e Expansão do Mercado

Objectivos	Fundamentação	Plano de Acções	Monitoria e Controlo dos Impactos
Expansão do mercado dos produtos nacionais, estimulando o aumento da produção industrial, emprego e receitas fiscais através da aquisição de produtos nacionais pelo Estado.	O Estado é o maior consumidor da economia e se uma parte significativa dos gastos forem direccionados para produtos e serviços de empresas nacionais pode estimular o aumento da produção, emprego e consequentemente as receitas fiscais. Este tipo de medidas tem um efeito multiplicador na economia e potencial para a criação de ligações empresariais. Existem sectores já identificados no processo da auscultação do sector privado no âmbito da Revisão da Política e Estratégia Industrial, designadamente: • Têxteis e Vestuário (com enfoque nos fardamentos escolares, funcionários públicos, militares e paramilitares, hospitalares, professores, roupa hospitalar); • Mobiliário (enfoque para carteira escolar); • Papel e impressão; • Química; • Automóvel.	• Revisão do Decreto sobre <i>procurement</i>, dando primazia a produtos nacionais, que tenham um valor acrescentado mínimo de 20%. • Padronização dos fardamentos escolares e dos funcionários públicos. • Redução/isenção de encargos fiscais nos investimentos ligados a revitalização das indústrias paralisadas dos sectores prioritários; • Criação de um dispositivo que estabelece as condições de acesso às compras do Estado, designadamente: • Manutenção dos números de postos de trabalho; • Regularidade fiscal; • Aumento contínuo do valor acrescentado dos produtos.	Para assegurar o uso inadequado desta medida as UGEAs deverão verificar numa base regular que as empresas beneficiárias cumprem com as condições que ditaram a sua selecção, designadamente: • Não estão a recorrer às importações de produtos acabados para garantirem o fornecimento; • Mantém ou aumentam os postos de emprego.

5.4. Incentivos e Simplificação de Procedimentos do Investimento no Sector Industrial

A simplificação de procedimentos do investimento é uma acção multisectorial destinada a estimular o investimento na indústria.

Tabela 9: Incentivo e Simplificação de Procedimentos do Investimento no Sector Industrial

Incentivos e Simplificação de Procedimentos do Investimento no Sector Industrial

Objectivos	Fundamentação	Plano de Acções	Monitoria e Controlo dos Impactos
Aumentar o investimento no sector industrial através da revisão do actual pacote de incentivos ao investimento; Facilitar o acesso ao pacote de incentivos através da simplificação de procedimentos.	Vários estudos recentes, incluindo da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, sobre as estratégias de promoção de investimento que o país tem adoptado, indicam a necessidade de revisão do papel do CPI e introdução de medidas adicionais no pacote actual de incentivos. Por outro lado durante o processo de auscultação no âmbito da Revisão da Política e Estratégia Industrial os empresários queixaram-se de excesso de burocracia para acesso aos incentivos, dificuldade de obtenção de DUATs e falhas na articulação entre diversas entidades do Estado.	Facilitação do acesso a terra pelos investidores, através da articulação entre o CPI, MIC e MITADER, através da criação de reservas de Estado para implantação de indústrias e zonas industriais. Criação de mecanismos de articulação para a facilitação de investimento e promoção da correcta interpretação da legislação entre o MIC, AT e CPI. Simplificação dos processos aduaneiros, avaliando a possibilidade de não se efectuar a inspecção da carga nos portos de destino, sendo somente inspeccionado o manifesto, o selo e a guia de transporte pelo oficial ou em casos policiais.	Definição de um programa de monitoria dos impactos da medida, com foco nos seguintes: • Tempo médio para autorização de investimento e obtenção do alvará; • Volume de investimentos autorizados no sector industrial.

5.5. Incentivos Fiscais e Aduaneiros

Os incentivos fiscais e aduaneiros são estímulos complementares a serem implementados de forma selectiva durante a vigência da PEI em coordenação com outros sectores.

Tabela 10: Incentivos Fiscais e Aduaneiros

Incentivos Fiscais e Aduaneiros

Objectivos	Fundamentação	Plano de Acções	Monitoria e Controlo dos Impactos
Protecção da indústria nacional através da redução da competição dos produtos importados e promoção da produção interna.	A demanda interna por produtos industriais é maioritariamente satisfeita actualmente pela importação de produtos. A necessidade de industrialização do País passa pelo incremento da produção local, diversificando produtos e mercados é essencial proteger as indústrias das ameaças dos produtos similares importados.	• Introdução selectiva de medidas de salvaguarda aos produtos considerados prioritários e que apresentam impactos dinamizadores; • Garantir maior fiscalização e controlo nas fronteiras com vista a minimizar o contrabando; • Exercer maior fiscalização e inspecção na rede comercial com vista a minimizar os produtos contrabandeados; • Realizar maior fiscalização e inspecção no desembarço aduaneiro e nos circuitos de distribuição interna para detenção e destruição dos produtos contrafeitos.	Definição de um programa de monitoria dos impactos da medida, com foco nos seguintes: • Variação dos preços dos produtos ao consumidor final; • Distorções provocadas no mercado; • Capacidade de resposta a demanda interna/eficiência operacional dos produtores internos.

Objectivos	Fundamentação	Plano de Acções	Monitoria e Controlo dos Impactos
Atrair investimentos para províncias com baixo nível de industrialização. Promover a formação acelerada de técnicos. Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros das empresas industriais e seu investimento no aumento da produção.	As províncias de Niassa, Inhambane e Zambézia são as que menos indústrias possuem apesar de elevado potencial em recursos naturais que poderão ser utilizados para o desenvolvimento industrial. Resultados do <i>Benchmarking</i> apontam que zonas menos industrializadas tem-se beneficiado de isenções fiscais ou deduções muito elevadas para atrair o investimento. Deste modo propõe-se uma abordagem relativamente específica para províncias menos industrializadas através de algumas alterações ao quadro conceptual de forma a estender alguns benefícios (ampliação do perímetro dos benefícios definidos). A disponibilidade de mão-de-obra qualificada para as áreas industriais foram apontadas como um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento industrial pois limita a capacidade de inovação e produtividade das empresas, provocando impactos significativos sobre a competitividade das empresas. A falta de reembolso regular do IVA é apontado pelos empresários como um dos constrangimentos para o seu desenvolvimento, devido ao impacto que esta situação tem na sua tesouraria. No sector industrial o impacto desta situação é mais grave devido ao seu ciclo de produção que é relativamente mais longo e por incluir o IVA suportado na aquisição de equipamentos.	Rever os actuais benefícios fiscais concedidos para estas províncias, especificamente: • Taxa de Crédito Fiscal por Investimento a deduzir na colecta do IRPC de 10% para 15% para as províncias de Zambézia, Niassa e Inhambane; • Dedução total das despesas de investimento no lucro tributável. Rever os actuais benefícios fiscais concedidos para a componente de formação profissional, especificamente: • Dedução no IRPC das despesas com a formação do pessoal. • Taxa de 10% de dedução da matéria colectável nos custos de investimento em formação profissional para a utilização de equipamento considerado de tecnologia de ponta. Articular com a AT na definição de mecanismos que assegura o reembolso do IVA num prazo previsível para as empresas. Introdução de medidas de salvaguarda de forma a proteger os produtos nacionais que a indústria nacional tem capacidade de satisfazer totalmente o mercado ou parte significativa deste.	• Avaliar sistematicamente os impactos dos benefícios atribuídos; • Avaliar os cumprimentos dos requisitos legais dos beneficiários. • Avaliar sistematicamente os impactos dos benefícios atribuídos; • Efectuar o acompanhamento da aplicação dos dispositivos legais relativa a concessão de benefícios fiscais; • Verificar o cumprimento das condições de acesso e de elegibilidade dos beneficiários. Definição de um programa de monitoria dos impactos da medida, com foco nos seguintes: • Cumprimento dos prazos de reembolso do IVA; • Volume de produção das indústrias beneficiárias; • Volume das importações dos produtos protegidos; • Postos de emprego gerado pelas indústrias protegidas.

6. Plano de Implementação

O plano de implementação da PEI representa um conjunto de acções específicas a serem desenvolvidas com vista a estimular o desenvolvimento da indústria nos próximos 10 anos e está estruturado em três períodos temporais de acordo com os Pilares de Aposta Estratégica, designadamente curto, médio e longo prazo.

Tabela 11: Plano de Implementação

Pilar da Aposta Estratégica	Programas Estratégicos	Actividades
Infra- Estruturas para o Desenvolvimento Económico	Consolidar o Projecto dos Parques Industriais	• Elaborar de um dispositivo legal sobre os Parques Industriais e definir um Plano de Promoção dos Parques Industriais para investidores privados
		• Assegurar a aprovação do Projecto dos Parques Industriais pelo Governo
		• Assegurar a mobilização do financiamento para os Projectos dos Parques Industriais
		• Articular a construção de infra-estruturas básicas para o estabelecimento de parques industriais
		• Assegurar a construção de parques industriais
		• Definir condições de acesso preferencial das indústrias prioritárias nos parques industriais
		• Efectuar a legalização das Reservas de espaço para indústria a nível nacional
	Consolidar a Estratégia dos Corredores de Desenvolvimento	• Assegurar a aprovação conjunta MIC/MTC/MOPHRH/MIREME do programa de infra-estruturas específicas para o desenvolvimento industrial
		• Assegurar a Mobilização de financiamento complementar para infra-estruturas específicas para o desenvolvimento industrial
		• Assegurar a Construção de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento industrial
	Consolidar a Estratégias de Desenvolvimento Integrado dos Sistemas de Transportes	• Assegurar a aprovação conjunta MIC/MTC/MOPHRH do programa de infra-estruturas de Transportes e Comunicações relevantes para o desenvolvimento industrial
		• Assegurar a Mobilização de financiamento complementar para infra-estruturas de Transportes e Comunicações relevantes para o desenvolvimento industrial
		• Assegurar a Construção de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento industrial
		• Elaborar Plano Integrado de Infra-estruturas para as indústrias prioritárias
	Consolidar o Programa das ZFI	Elaborar o programa integrado de desenvolvimento industrial das ZFI
		• Implementar programa integrado de desenvolvimento industrial das ZFI
Desenvolvimento do Capital Humano	Formação Acelerada dos Técnicos das Empresas Industriais	• Assegurar a aprovação dos projectos de formação dos técnicos da área industrial
	Consolidar o Programa da Reforma da Educação Profissional	• Assegurar a assinatura de um memorando de entendimento entre o MIC e MCTESP (ANEP) para alinhamento do Programa da Reforma da Educação Profissional com a PEI
		• Assegurar apoio financeiro às instituições de ensino na criação de condições para ministrar cursos alinhados com a estratégia de desenvolvimento industrial
		• Acordo com instituições de ensino relevantes para a revisão dos currícula e alinha-los com as necessidades do sector industrial
	Criação de Fundo de Desenvolvimento Capital Humano para sector industrial	• Articular com o MITESS na criação do fundo para o desenvolvimento do capital humano
		• Preparar instrumentos para a operacionalização do fundo para o desenvolvimento do capital humano
		• Apoiar os centros de treinamento industrial especializado em programas de formação multidisciplinar (através do fundo de desenvolvimento de capital humano)
	Pesquisa, Atracção, Formação e Orientação de Talentos	• Criar instrumento para a operacionalização da pesquisa, atracção, formação e orientação de talentos

Pilar da Aposta Estratégica	Programas Estratégicos	Actividades
Capacitação do Empresariado e Protecção da Indústria Nacional	Apoio na Implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade e Respectiva Certificação	• Desenhar um projecto de apoio na implementação de sistema de gestão de qualidade para as grandes e MPMEs e assegurar o financiamento para o projecto
		• Garantir maior fiscalização e controlo nas fronteiras e redes comerciais com vista a minimizar o contrabando
		• Incluir a preferência de empresas industriais certificadas no âmbito do fornecimento de bens e serviços ao Estado
	Promoção de Maior Conteúdo Local dos Produtos Industriais e Serviços	• Desenhar projectos de produção de matéria-prima das cadeias de valor das indústrias prioritárias
		• Promover a criação de empresas de prestação de serviços na área industrial
		• Fazer a promoção dos produtos contemplados nos acordos bilaterais
		• Apoiar a criação de um programa energético no país, para a utilização do potencial do gás natural e de formas alternativas de energia para a industrialização
	Acesso Privilegiado às indústrias nacionais no Fornecimento de Produtos ao Estado e aos Megaprojectos	• Definir critérios de priorização de produtos de empresas industriais moçambicanas no fornecimento de bens ao Estado;
		• Negociar com as empresas dos megaprojectos para privilegiar empresas industriais moçambicanas nas suas compras e assegurar a assinatura de memorandos de entendimento
		• Introduzir medidas/procedimentos tarifários e não tarifários para a protecção dos produtos nacionais que a indústria nacional tem capacidade de satisfazer totalmente o mercado ou parte significativa
Acesso à Financiamento Adequado	Alargamento do Âmbito de Actuação Banco Nacional de Investimento	• Criação de Linhas específicas para a indústria
	Criação de Linhas de Crédito para Financiamento da Indústria	• Assegurar a Mobilização de financiamento para linhas de crédito para as empresas do sector industrial
		• Definir modalidades de acesso às linhas de crédito e negociação da colocação dos fundos junto dos bancos comerciais
		• Identificar linhas de crédito especiais para promoção de iniciativas empresariais de pequena escala, de 20 à 100 mil USD, para o Agro processamento (Processamento de frutas, hortícolas, carnes e pescado)
		• Assegurar a Mobilização dos bancos comerciais para financiamento das empresas do sector industrial
Promoção de Ligações	Mapeamento das Ofertas das Empresas Industriais e Criação de um Banco de Dados	• Criar um banco de dados de ofertas das empresas industriais, com foco nas MPMEs
	Incubação de Empresas do sector Industrial	• Definir e implementar uma estratégia de divulgação das ofertas das empresas.
		• Aprovar o Projecto de incubação de empresas
	Facilitação de Informação e Acesso ao Mercado Local	• Recolher e difundir informação sobre as oportunidades de negócio entre as empresas industriais, Estado e Megaprojectos
	Elaboração de estratégias e estudos sub-sectoriais para estimular o desenvolvimento industrial	• Elaborar estudos sub-sectoriais para as indústrias prioritárias

Pilar da Aposta Estratégica	Programas Estratégicos	Actividades
Incentivos ao Investimento no Sector Industrial	Consolidar a Estratégia de Promoção do Investimento Privado em Moçambique	• Definir um pacote de promoção de investimentos para o sector industrial, com os respectivos incentivos
		• Criar um pacote de incentivos para os privados que investem na construção e exploração de infra-estruturas para a indústria; • Promover as oportunidades de investimentos nos parques industriais existentes para investidores privados, realçando os incentivos a serem definidos.
		• Rever o Diploma Ministerial 99 /2003- Regulamento do Regime Aduaneiro para a Indústria Transformadora
Inovação, Acesso a Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento	Promoção do Acesso a Novas Tecnologias de Produção	• Assegurar a mobilização de recursos para acesso a novas tecnologias de produção • Assegurar a coordenação entre as empresas industriais e as instituições de ensino (Universidades e Escolas Técnicas)
	Estabelecimento de Parcerias para Transferência de Conhecimento para Criação de Empresas de Novos Segmentos Industriais	• Definir mecanismos/Projectos de cooperação internacional para Estabelecimento de Parcerias e Transferência de Conhecimento para Criação de Empresas de Novos Segmentos Industriais
	Assegurar a criação de centros de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial	• Promover campanhas de massificação de centros de pesquisa e de desenvolvimento industrial
	Introdução de Extensionistas Industriais para as MPME do sector Industrial	• Desenvolver um projecto de extensão industrial
Definição de um Modelo Institucional Adequado para a Promoção do Desenvolvimento Industrial	Reestruturação da DNI, IPEME e Definição do Modelo de articulação entre as duas instituições	• Definir e implementar novos modelos organizacionais da DNI e do IPEME para se adequar aos desafios da implementação da PEI revista bem o mecanismo de articulação entre os dois órgãos
	Criação de uma Plataforma de Coordenação Multisectorial para o Desenvolvimento Industrial	• Enquadrar a implementação da PEI na agenda do diálogo Governo/ Sector Privado
		• Definir os mecanismos de monitoria do diálogo Governo/Sector Privado no âmbito da implementação da PEI • Criar mecanismos de articulação para a facilitação de investimento

Preço — 88,35 MT